

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CHAUI, Marilena de Souza. Marilena de Souza Chai (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Marilena de Souza Chai
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Melissa Lourenço Machado;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 11/01/2007

Duração: 3h 50min

Arquivo digital - áudio: 6; Fita cassete: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Assembleia Legislativa; Burocracia; Câmara Municipal; Comunicação de massa; Conselho Federal de Educação; Cultura; Democracia; Ditadura; Educação; Família; Filosofia; França; Francisco Weffort; Governo Jânio Quadros (1961); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Ideologia; Integralismo; Intelectuais; Magistério; Obras literárias; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Pós - graduação; São Paulo; Sindicalismo; Socialismo; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Universidade de São Paulo.

Sumário

Entrevista: 11/01/2007 Origens familiares no estado de São Paulo; influências católicas; a trajetória escolar e suas influências políticas; a decisão de cursar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), as influências da região de Maria Antônia; as descobertas políticas; a importância da Revista Brasiliense; a iniciação à política brasileira a partir do período de renúncia de Jânio Quadros; a ditadura militar e os grupos clandestinos de luta com a ditadura; o machismo presente na elite intelectual da esquerda; o ingresso no mestrado em 1966; o complemento da formação e a iniciação do doutorado na França; a formação política na França em 1968; a entrada ao grupo Rouge dos trotskistas; o retorno ao Brasil para atuar no departamento de Filosofia da USP; o controle ideológico e a direitização da USP durante a ditadura; a criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC); a mudança de localidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas devido ao incêndio conhecido como “batalha da Maria Antônia”; o trabalho sobre integralismo; o contato com Francisco Correia Weffort; a criação de uma linguagem cifrada para a comunicação durante a ditadura militar; o convite aos sindicatos ao CEDEC; a proposta de criação de um partido socialista; a ideia de que só há socialismo se houver democracia; as reuniões para a formação de um partido; a publicação do O que é ideologia e o Cultura e Democracia; a grande visibilidade no meio universitário; a participação na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT); a imagem de uma intelectual vinculada ao PT; as críticas ao PT vindas da esquerda; a composição heterogênea do PT; o problema da burocratização; o papel que os petistas deveriam ter na Assembleia Legislativa; o papel dos sindicalistas na transformação do caráter político do PT; o curso de formação de quadros; a acusação de plágio por José Merchior, de uma obra de Claude Lefort; o envolvimento com as campanhas eleitorais do PT; a atuação na Secretária de Cultura de São Paulo; o momento da criação da Desvio; as disputas internas do partido; as dificuldades nas realizações da Secretaria de Cultura; a ideia da cultura como um direito; as dificuldades com a Câmara Municipal e com a elite; a ideia de cidadania cultural se tornando nacional; o problema das parcerias de empresas com a secretária de cultura; a mudança da política do PT; a ideia de refundação do partido; sua participação no Conselho Federal de Educação durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Entrevista: 11/01/2007

M.M. – Professora, nós gostaríamos de começar essa entrevista ouvindo um pouco o seu depoimento sobre as suas origens familiares, onde a senhora nasceu, os primeiros anos da sua juventude.

M.C. – Eu nasci em São Paulo. Com menos de um ano de idade, a minha família retornou a suas origens, que é uma pequena cidade do interior chamada Pindorama; e foi ali que eu fiquei até os nove anos. Depois, nós mudamos para uma cidade vizinha, um pouco maior, chamada Catanduva, onde eu fiquei até os treze. Quando eu fiz quatorze anos, nós voltamos para São Paulo. E o resto do tempo eu vivi aqui. Meu pai era jornalista e a minha mãe, professora primária. Depois, ela fez concurso e se tornou diretora escolar. Ela iniciou como diretora num vilarejo no extremo oeste, perto de Votuporanga, Pedranópolis, num vilarejo que não tinha nem água nem luz, tinha uma única rua, e num grupo escolar de lata. E quando minha mãe saiu de lá, três anos depois, ela tinha conseguido luz, água encanada, a construção de um grupo escolar de alvenaria e o aumento da frequência escolar. Eu estou dizendo isso para vocês terem uma ideia de quem era a minha mãe. O perfil da minha mãe. Uma pessoa...

M.M. – Lutadora.

M.C. – Lutadora, enérgica; teve motivos de sobra para se abater com tudo, e nunca se abateu. Era de uma energia, de uma força impressionante. E meu pai, ao contrário, um sonhador, levado pela imaginação... Ele teria sido um escritor, na verdade. Gostava de escrever contos, histórias. E, evidentemente, vocês podem imaginar a quantidade de conflitos que essas duas personalidades geravam no seu convívio; porque, apaixonadas, apaixonadas do começo ao fim, mas a minha mãe, pé na terra, forte, meu pai, vagando pelas nuvens do espírito. E do meu pai eu herdei, eu acho, a imaginação excessivamente fértil, que só com o passar do tempo e a convivência com outras pessoas, como é o caso do meu marido, fizeram eu ser capaz de pôr freio na imaginação. Um pouco de freio. Mas vem do meu pai também o meu gosto pela literatura, pela música e pelo cinema. Eu considero que a minha formação intelectual se deu através da literatura e do cinema. Do cinema. Para vocês terem uma ideia, no período em que eu morei em Catanduva, e depois, quando nós mudamos para São Paulo, meu pai era jornalista, ele tinha permanentes para entrar nos cinemas, eu ia ao cinema todos

os... No interior, eu ia na *matiné* da quinta-feira... Não. Na sessão das moças, na terça-feira à noite, na *matiné*, na vesperal da quinta-feira, na vesperal do sábado e do sábado à noite, na matinal do domingo e no domingo à noite. E, quando mudamos para São Paulo, eu ia todos os dias, ou ao sair da escola ou à noite, com meus pais.

M.M. – Todo tipo de filme.

M.C. – Todo tipo de filme. E muitas vezes o Michael briga comigo porque – os filmes, sobretudo os do período da minha vida no interior, eles chegavam lá dez anos depois do seu lançamento; [risos] então, embora eu tenha visto esses filmes todos nos anos 50, a minha formação básica em cinema é com filmes dos anos 40. Eu conheço toda a filmografia dos anos 40. Então... Bom. Não era uma família religiosa. Católicos, eu fui batizada, meu irmão foi batizado, fizemos primeira comunhão...

M.M. – São quantos filhos?

M.C. – Dois filhos. Mas depois, quando nós mudamos de Pindorama para Catanduva, eu fui colocada no colégio das freiras, as irmãs de Nossa Senhora do Calvário. E, dada a imaginação excessiva, a formação religiosa me pegou fundo. E houve um momento em que eu ia ser freira, missionária na África, fazia o sacrifício mesmo pela salvação das almas e eu fazia retiros espirituais... Eu me lembro que as minhas colegas não levavam a sério os retiros espirituais; porque, no retiro, você não conversa, você não fala, não é, você permanece em silêncio três dias, você faz o voto de silêncio durante três dias, faz jejum, uma série de coisas, e reza muito, escuta os padres que falam, e eu me lembro das minhas colegas fazendo chacota do retiro, e rindo e, ao sair da escola, indo para o cinema, indo dançar. E eu não, eu levava a sério. Muito a sério. E no carnaval... O carnaval de Catanduva era considerado o melhor do interior de São Paulo. Tinha corço, tinha... Era um carnaval extraordinário. E eu fazia retiro no carnaval. Retiro espiritual.

M.M. – Você tinha quantos anos nessa época?

M.C. – Dos dez aos quatorze. Aí viemos para São Paulo. E minha mãe foi ser diretora no Grupo Escolar da Vila Jacuí, que naquele tempo era depois que o Judas perdeu as botas. A minha mãe levantava às cinco horas da manhã, aprontava o almoço, ia a pé – nós morávamos na Liberdade, perto da Barão de Iguape – ela ia a pé até a praça Clóvis, na praça Clóvis ela tomava o ônibus e ia até a Vila Jacuí, levava quase duas horas, e depois, ela descia

numa avenida e subia uma ladeira de terra, a pé, até chegar no grupo, que era também um grupo de lata. E era uma região dominada pelos Ermírio de Moraes, com a Votorantim e a... aquela química dele?...

A. F. – Nitro química.

M.C. – A Nitro química. E portanto, com problemas gravíssimos ambientais, de saúde. E minha mãe conseguiu, como sempre, muitas mudanças no lugar e uma ação das mães contra o excesso de poluição Nitro química, por causa das crianças. Meu trabalhava, primeiro, no jornal *A Hora*, depois ele foi trabalhar nos Diários. E bem mais tarde, aí muitos anos depois, ele trabalhou no *Notícias Populares*. As grandes manchetes do *Notícias Populares* foram autoria do meu pai. E depois... Ele se aposentou quando ele estava no *Diário Popular*. Ele foi para o *Diário Popular* e se aposentou lá. Bom. Ao vir para São Paulo, eu e meu irmão... Porque meu irmão, ele tem uma diferença de dez meses com relação a mim, então minha mãe nos colocou na escola juntos. Então nós fizemos a escola sempre juntos, embora ele seja um pouco mais novo que eu. E nós fomos então para a escola pública. Nós fomos para o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, na rua São Joaquim. Nós não sabíamos que era um grande colégio, que era um dos melhores colégios de São Paulo; mais tarde, eu fiquei sabendo. Então, a formação, que definiu, depois, a nossa vida adulta e, particularmente, a minha vida adulta e a minha vida profissional e as opções políticas, foi no Colégio Presidente Roosevelt. Era uma escola pública, com professores extraordinários. Extraordinários. Só para vocês terem uma ideia. No primeiro ano colegial, nós tínhamos quinze anos, a professora de história dava História do Brasil a partir do Caio Prado. Nós líamos Caio Prado. A professora de latim nos fazia ler Cícero e Virgílio. O professor de filosofia nos iniciou com a Escola Telepata e a questão do nascimento da Lógica na Grécia. A professora de português começou com Fernando Pessoa e Carlos Drummond. Isso é para vocês terem uma ideia do que era, da qualidade.

A. F. – Marilena, e isso então, você entrou no...

M.C. – Eu entrei na quarta série do ginásio, terminei o ginásio no Roosevelt. E depois fui para o colegial. Eu fui para o curso clássico...

A. F. – Em que período?

M.C. – Eu terminei o curso ginásial em 1956. E aí, em 1957, eu fui para o colegial, que era dividido em clássico e científico. Meu irmão foi para o científico, porque ele ia fazer medicina, e eu fui para o clássico. Isso foi em 57. E eu terminei o colegial em 59. O colegial durava três anos. Foi um período... Eu vou dar uma ideia para vocês do que significou esse período na vida de várias pessoas entre as quais eu.

M.M. – E esses anos também, foram anos de muita mudança na sociedade brasileira: industrialização, urbanização...

M.C. – É. Muita, muita. É. Porque depois eu vou falar um pouquinho das opções políticas do meu pai e da minha mãe, que eram muito curiosas. Até hoje, o meu grupo, eu tenho um pequeno grupo de dez, doze colegas, e faz dez anos que, todos os anos, no mês de dezembro, nós nos encontramos; e nós temos sempre o que conversar. Nós fomos marcados pelos nossos professores, pela destinação intelectual que nós tivemos, pelas escolhas políticas que fizemos, pelas amizades e pelas opções profissionais. Só para vocês terem uma ideia, no último ano do clássico, eu estava muito indecisa: eu não sabia se ia fazer direito, se eu ia fazer história, se ia fazer letras, eu gostava de tudo, ou se eu ia fazer filosofia. E o meu grupo de amigas mais próximas, nós éramos seis, resolveu fazer filosofia. E aí eu fui com elas, fui fazer filosofia com elas. E, sobretudo, pelo seguinte. (Só para vocês terem uma ideia, também, de como era a minha mãe.) Era o começo... final de dezembro. Todo mundo já tinha decidido o que ia fazer na vida; e eu estava lá: Vou para direito? Vou para letras? Vou para história? Vou para filosofia? Para onde eu vou? E eu não me esqueço: a minha mãe estava passando roupa na tábua, ela disse para mim: “Escuta. Nós fizemos tanto sacrifício para você estudar numa boa escola. Não é possível que agora você não seja capaz de decidir o que você quer fazer. E você vai decidir de hoje para amanhã. Não vamos esperar mais.” Aí eu fui para o meu quarto, fiquei lá, meditando, meditando; e, nessa altura eu já sabia que as minhas outras colegas iam fazer filosofia, aí eu decidi, então, que eu também ia fazer filosofia. Mas eu contei esse episódio para o (Madona Nasais). Madona foi alfabetizado pela minha mãe, no Pindorama. Ele é muito amigo da família, dedicou um livro a minha mãe. Então ele disse: “A sua mãe é mesmo incrível, não é. Porque naquela época, certamente, outras mães estariam dizendo vamos fazer o enxoval, cadê o namorado, precisa ficar noiva, tem que casar; e a sua mãe estava preocupada com a sua opção profissional.” E aí então eu fui fazer filosofia. Na verdade, não foi uma escolha tão casual como poderia parecer, que,

entre as várias opções, eu acabei indo fazer filosofia porque várias das amigas iam fazer. Na verdade, eu tive dois motivos, eu acho, bem profundos, para ir fazer filosofia. O primeiro foi o curso de filosofia que o professor João Villa-Lobos nos deu durante três anos, e, sobretudo, o início do curso, quando eu descobri, através dele, essa coisa extraordinária: que o pensamento é capaz de pensar sobre o próprio pensamento e que a linguagem é capaz de falar sobre a própria linguagem – ou seja, a descoberta da reflexão. E eu me lembro que a maioria das minhas colegas, mesmo aquelas que depois se decidiram pela filosofia, ficavam completamente perdidas e estupefatas com o que o professor fazia. O sentimento era de você estava perdido. E eu não. Eu fiquei fascinada. Fascinada. Certamente eu não entendia mais da metade do que ele ensinava; mas foi um fascínio total. E o segundo motivo foi que eu tive uma crise existencial, própria, no final da adolescência, entre a formação religiosa que eu tinha tido e entre esse colégio com o Caio Prado, o Fernando Pessoa, o Carlos Drummond e o professor de filosofia e o Cícero e o Ovídio e o Virgílio, etc. Então, eu tive uma crise profunda. Eu só avaliei o tamanho dessa crise há pouco tempo; mexendo numa caixa de guardados que eu tenho, eu vi um cartão postal que uma freira, minha professora, de quem eu era muito próxima, irmã Maria da Eucaristia – uma carta, na verdade – mandou para mim. E a carta era de uma pessoa... Eu não sei o que eu escrevi para ela. Mas, de uma pessoa que estava preocupadíssima com as minhas mudanças, e dizia o seguinte: “Você tem que se afastar desse professor de filosofia. Ele está colocando na sua cabeça ideias que não são corretas...” Enfim. Então, eu devo ter experimentado uma crise muito profunda. E devo ter escrito isso para essa freira, que era muito minha amiga. E a carta, é uma carta devastadora. Devastadora. Era para eu, realmente, mudar o rumo. E não foi o que aconteceu. Agora a ida para a Maria Antonia, a ida para a faculdade, que, naquele tempo, funcionava então na rua Maria Antonia, foi também uma... uma verdadeira revolução na minha cabeça, porque... não só pela qualidade do ensino, pelo conteúdo das disciplinas, pelo novo modo de pesquisar e de estudar, mas porque foi, para mim, efetivamente, a descoberta da política. Eu venho de uma família muito curiosa, porque meu pai e minha mãe, mas sobretudo minha mãe, foram profundamente nacionalista; e um nacionalismo patriótico. Então, na juventude, eles foram integralistas. Tanto que a primeira coisa que eu escrevi foi um texto contra o integralismo. [ri] Eles foram integralistas; depois, eles se tornaram getulistas e depois eles se tornaram janistas. E eu me lembro de comentar com a Maria do Carmo Campello, a Carmute, eu dizia: “A trajetória política do meu pai e da minha mãe não faz sentido. Como é que eles vão do

integralismo para o getulismo e do getulismo para o janismo?” E ela disse: “Mas é de uma coerência total. É total. Não há falha nesse percurso.” Agora o fio condutor desse percurso é o nacionalismo, é o nacionalismo patriótico.

A. F. –Deixa eu perguntar um pouco sobre isso. A questão da origem étnica e das relações, de como é que você se situava no contexto, seja em Pindorama, em Catanduva ou em São Paulo, a questão do nacionalismo tem um pouco a ver com essa sua coisa da integração?

M.C. – Eu imagino que sim. No caso da minha mãe... Porque a minha mãe é de origem baiana. É uma família inteiramente brasileira, vamos dizer assim.

A. F. –Mas não paulista. [ri]

M.C. – Não paulista. E o meu pai vem da família árabe. A família da minha mãe não admitia o casamento e a família do meu pai também não. Eles se casaram contra a vontade das duas famílias. E, é claro que, nas duas famílias, a questão da integração; e no instante em que eles se unem, é interessante porque as famílias não veem isso como um processo integrador; elas veem isso como uma mistura indesejável. Então o casamento deles é um ato de rebeldia. E politicamente, também é um ato de rebeldia, porque... pelo menos do lado da minha mãe – porque meu avô paterno (*materno*) era um homem do PRP, portanto conservador, reacionário. Ele era juiz de paz, desses de fazer eleição em bico de pena. Minha mãe conta que a primeira eleição em que ela foi votar, quando ela chegou para votar – era no livro, não é – meu avô disse: “Não, não precisa. Eu já votei por você.” Ela disse: “Como o senhor já votou por mim?” “Não, eu já votei.” E foi um...

M.M. – Já está tudo acertado.

M.C. – Já está tudo acertado. Então, é também uma reação dela à figura do meu avô. No caso do meu pai, eu não tenho muita ideia porque, quando eu nasci, eu já não tinha os avós, e nós morávamos no interior e os irmãos do meu pai moravam aqui em São Paulo. E como a relação da família...

A. F. –Seu pai já nasceu no Brasil.

M.C. – Ele nasceu no Brasil. Ele é paulista, é paulistano. As duas irmãs mais velhas dele nasceram – a gente dizia a Síria, porque, quando eles vieram, eles vieram antes de 24,

eles vieram antes da separação entre Síria e o Líbano; mas, possivelmente, é Líbano. Elas nasceram lá. Mas ele e meu tio nasceram aqui. Uma das coisas também, desse mal-estar entre as duas famílias, foi o fato de que a... eu não tive uma grande proximidade com a família do meu pai. E só...eu já era adulta, eu disse para o meu pai: “Não é possível que eu não saiba uma língua oriental. Tenho que saber uma língua oriental. O senhor precisa me ensinar.” E ele começou.

M.M. – Ele falava.

M.C. – Ele falava. Falava, escrevia. Meu avô era professor de literatura árabe e de literatura francesa no Colégio Sírio-Brasileiro. Ele foi o cônsul da Síria em São Paulo e ele era professor. Segundo o relato da minha mãe, era um homem cultivado, culto. O que é que aconteceu? Com a revolução de 24, a família ficou apavorada com o que aconteceu em São Paulo, e uns amigos deles que tinham ido para Pindorama os levaram para Pindorama. E, em Pindorama, eles abriram uma loja fios – linha, lã –, que a minha avó e a irmã dela, minha tia Sofia, dirigiam mas com uma pequena ajuda dos dois meninos, porque o meu avô... abominava; mas ele abominava tudo aquilo. Ele abominava a cidade e abominava o pequeno comércio. Minha mãe diz que ele ficava sempre numa varanda alta, onde ele lia; e ela saía da escola, à tarde, e ia lá, e conversava muito com ele; e ela dizia que ele falava de literatura, de história, falava da Europa, do Oriente Médio, de cinema; disse que era um homem... que ficou perdido, não é, num vilarejo do interior de São Paulo.

M.M. – Deve ter sido uma grande perda para ele sair dessa posição de professor.

M.C. – Sem dúvida. Sem dúvida. É. Agora quais eram as posições religiosas, políticas deles, eu não sei.

A. F. – A gente já entendeu a configuração. Voltando para a Maria Antonia.

M.C. – É o período no qual o Arena inicia, o Boal inicia o Teatro do Coringa, então, o *Arena canta Zumbi*, *Arena canta Tiradentes*, *o Pinhão*, etc.; é o período em que o Oficina, com o Gian Francesco Guarnieri, começa: *Eles não usam Black-tie*, *A Semente*; é o período em que aparecem os dois primeiros cinemas de arte em São Paulo, e a região da Maria Antonia, onde estava a faculdade, era uma região muito... vamos dizer muito europeia, do ponto de vista da questão cultural. Por quê? Você tinha a Faculdade de Filosofia da USP aqui, em frente tinha o Mackenzie, se você descesse a Maria Antonia na direção da rua da

Consolação você ia dar na Rádio América, no *Estadão*, que tinha se mudado para lá, na Biblioteca Mario de Andrade, o Cine Bijoux, o Teatro Oficina, o Teatro de Arena e os bares à francesa da avenida São Luís. Isso formava um circuito cultural. Você ia do bar para a biblioteca, da biblioteca para o cinema, do cinema para a faculdade, da faculdade você ia para o teatro, do teatro você voltava para o grêmio, e o Boal, o Guarnieri eram convidados para discutir conosco as peças. Havia uma efervescência.

M.M. – E política também, muito grande.

M.C. – Uma efervescência política muito grande. Foi quando eu descobri a esquerda. Eu descobri a esquerda, o pensamento de esquerda. Porque, no meu período de secundário, eu não tinha tido isso. E em...

M.M. – E como é que essa luta política aparecia dentro da faculdade? Porque 60, teve a renúncia do Jânio, a posse do Jango...

M.C. – É. Enquanto... Até 61, vamos dizer, as pessoas tinham... os estudantes tinham as suas opções políticas, de um modo geral, opções de esquerda. No caso de departamentos como o de Filosofia e o de Ciências Sociais, o de Física, era nítida a presença... vamos dizer, no de Física, a presença comunista, na Filosofia e nas Ciências Sociais, do marxismo, a presença do marxismo. E o fato de que esse pensamento dos nossos professores se exprimia numa revista de uma importância absolutamente incalculável, que era a Revista Brasiliense. Então havia, vamos dizer, uma prevalência, pelo menos na área que eu frequentava, uma prevalência de um pensamento de esquerda e de opções de esquerda. Mas eu, por exemplo, não me filiei a nenhum partido. Eu tinha colegas que tinham entrado para a Juventude Comunista, havia os que eram da JOC... da JUC, havia os trotskistas, que estavam na POLOP, mas era um... vamos dizer, era um pensamento e uma prática que eram difusos, não era uma posição partidária organizada, etc.. Consta, segundo depoimento de professores mais tarde, que havia uma hegemonia do Partido Comunista; e o Partido Comunista decidia nomeações, decidia, mandava na reitoria, mandava em vários departamentos. Eu não faço ideia, porque, como estudante, eu não tenho ideia de como é que era. E aí ocorre 61. Eu cheguei na rua Maria Antonia, eu não tinha ouvido rádio, não tinha ouvido nada. E eu cheguei na rua Maria Antonia...

M.M. – Você era Jânio?

M.C. – Votei no Jânio. A família inteira. Todos nós votamos no Jânio. E eu não sabia que o correto era votar no marechal Lott. [risos] Eu só soube que o correto era votar no marechal Lott depois de o leite derramar. Bom. Então eu chego na Maria Antonia. E a primeira pessoa que eu encontrei, uma colega da Filosofia, que era a Ileide Cardoso, e a Ileide me disse: “O Jânio renunciou.” Eu disse: “Você está brincando. Imagina, imagina se o presidente renunciou.” “O Jânio renunciou. E está uma crise.” Bom. As pessoas começaram a se juntar no saguão e aí os professores começaram a nos levar para as classes. E eu me lembro que eu fui para uma classe onde estava o Janote. E o Janote disse o seguinte: “Agora, nós não temos que discutir o bom e o mau, o certo e o errado, nós somos janguistas. Tem que ser janguista!” E aí eu falei: bom, eu vou ser janguista. Disseram que é para ser janguista, eu vou ser janguista.” [ri] E essa foi, eu diria, a minha iniciação à política brasileira.

M.M. – Um momento crucial.

M.C. – É. Eu recebi ordens de ser janguista. E... bom, aí, evidentemente, fizemos muitos debates, e aí eu me juntei mesmo, sobretudo, com o pessoal da POLOP, que contestaram, protestavam, para discutir o que faríamos durante esse período. Mas eu, logo em seguida, me casei e engravidei. E meu filho nasceu em maio de 64. Então, em março, nós estávamos em pé de guerra, em polvorosa, tinha havido a invasão da faculdade pelos militares, o professor João Cruz Costa e outros, não é, no caso, porque ele era chefe do nosso Departamento, foi chamado; e o que o folclore narra é que o coronel disse a ele: “O senhor é um comunista. E eu tenho certeza que o senhor não sabe o hino nacional. Cante o hino nacional!” E ele disse: “Só canto se o coronel cantar comigo.” Então, o folclore era: enfrentou os militares. Depois, houve a invasão das casas. Eu me lembro, a primeira casa invadida, de que nós tivemos notícia, tinha sido a do Mario Schenberg. E o primeiro livro que eles confiscaram foi *O Vermelho e o Negro*. Pode imaginar o grau da competência () que havia. E no dia... agora eu não me lembro se foi no dia 30. Aqui, as datas se embaralham. Depois, eu teria que ver lá na...

M.M. – Tudo bem. A gente checa isso.

M.C. – Então, eu estava com uma barriga de sete meses, não é, e eu fui, fui para a Maria Antonia. Todos nós fomos para a Maria Antonia. Nós íamos defender a Maria Antonio. E, quando eu fui chegando, estavam na porta, assim, protegendo, o Antonio Candido, a Regina Sader, um bando de gente. Eu cheguei e dei a mão para a Regina, ela

disse: “Marilena! Você vai embora já! Como é que você vai ficar aqui com essa barriga? Você vai embora já.” E quando eu comecei a sair eu ouvi o barulho já dos carros e o barulho das botas. Bom. Com aquela barriga, eu corri da Maria Antonia à praça da República, onde eu tomava o ônibus elétrico para ir para casa, ouvindo o barulho das botas atrás de mim. Então foi... foi um prenúncio do que viria. Ouvi os primeiros exilados, as primeiras cassações; me lembro que um dos primeiros que foi embora foi Fernando Henrique. Mas, de alguma maneira, tentou-se imprimir a ideia de que havia alguma normalidade. E aí começaram a aparecer, pelo menos na faculdade, os grupos clandestinos. Não tinha luta armada, não tinha revolução. Eram grupos de esquerda clandestinos de luta contra a ditadura.

M.M. – Você, até então, não tinha se organizado. Você era uma simpatizante de esquerda.

M.C. – Não. Nada. Isso. Era isso. Em um desses grupos estavam a (Elenice) Glariba e o Ulisses Glariba, que tinham tido uma atividade muito intensa no grêmio da faculdade. Bom. Aí, em 65, eu terminei o curso, terminamos o curso de filosofia e fomos informados de que tinha se iniciado uma coisa chamada pós-graduação. E quem deu a informação foi o Janote, com a cortesia e a delicadeza que o caracterizam. Então, nós estávamos reunidos numa sala, e ele disse: “Agora existe a pós-graduação. Vocês terminaram a graduação, os que forem gênios vão fazer pós-graduação; e, se confirmarem como gênios, viraram professores do Departamento de Filosofia.” Nós éramos nove, que fomos compelidos a fazer a pós-graduação na qualidade de gênios, que seriam testados como gênios para três vagas no Departamento de Filosofia. Vocês podem imaginar o que aconteceu com esses nove.

M.M. – Piraram. [risos]

M.C. – Claro. Uma coisa fora do comum o que foi feito conosco. E ele explicou: “Vocês precisam de um orientador de tese.” A gente não sabia o que era tese e não sabia o que era um orientador. A gente tinha ouvido, a gente sabia que tinha uma coisa impressionante, nós já tínhamos assistido algumas cerimônias, chamada doutoramento. Era uma coisa com beca, que se dava no salão nobre, com uma cerimônia incrível. Mas isso era o supra-sumo. E, acima disso, uma coisa ainda mais inacreditável chamada livre docência. Isso era a tese. E nós íamos fazer tese. Imagine se nós éramos capazes. E a nossa tese chamava (Netra). Nós não sabíamos nada, o que era tese, o que era mestrado, o que era orientador, nada! E fomos. Fomos fazer.

A. F. – Era uma turma de nove.

M.C. – Dessa turma de nove, três foram para a Europa antes de acabar o curso de pós-graduação e antes de fazer os mestrados, que foram o Quartim, José Carlos Bruni e a Maria Lucia Moura. Foram para a Europa. Depois havia a Regina Célia Bicalho, que foi contratada por Araraquara, e ela terminou os trabalhos dela em Araraquara. Havia um rapaz do Rio Grande do Sul cujo nome eu não me lembro. Ele foi embora. E aí sobraram o Rubens Rodrigues Torres, o João Paulo Monteiro e eu. No final das contas, do percurso, sobramos os três, que fizemos nossos mestrados e acabamos sendo contratados. E fazia parte da tradição do departamento que a formação fosse completada na França. Um departamento francófilo e francôfônico. Os professores franceses vinham e davam aulas nos cursos em francês. Então nós fomos mandados para a França.

M.M. – E qual era a presença feminina no departamento?

M.C. – Dona Gilda de Mello e Souza, que era professora de estética. Ela tinha feito... Ela e Antonio Candido fizeram um período em que filosofia e sociologia era um único departamento, então eles fizeram filosofia e sociologia. E depois, Antonio Candido faz trabalho em sociologia e vai para as letras; e dona Gilda começa na sociologia, vai para a estética, e fica na filosofia. Ela era muito maltratada. Muito maltratada.

M.M. – Era a única mulher.

M.C. – Era a única mulher. O professor Cruz Costa era muito machista; e, além de machista, ele desqualificava a Estética. Ele achava que a Estética era perfumaria. Então, você tinha uma mulher que dava aula de perfumaria. Ela era muito respeitada e muito valorizada pelo Bento Prado e pelo Lívio Teixeira mas não pelos outros. Era uma professora extraordinária. E depois, quando houve as cassações, ela chefiou o departamento e ela fez o departamento permanecer vivo; ela criou a revista do departamento. Uma mulher extraordinária. Mas era só ela. O resto eram homens, todos homens. E houve uma longa discussão a respeito da minha contratação, porque eu seria a segunda. Entre as várias discussões, uma delas, o professor propôs (eu estava grávida da minha filha) o professor propôs que eu assinasse um termo de compromisso de me esterilizar.

M.M. – Que loucura!

M.C. – Exatamente. Aí o outro professor disse: “Nós vamos ali na esquina, eu vou acertar isso com você no soco.” Essa foi a discussão em torno da minha contratação. Quando eu estava grávida da minha filha, o professor Cruz Costa se aposentou, e houve a festa da aposentadoria. Eu fui à festa. Ele bateu na minha barriga e disse: “Dona Chauí, a senhora é muito bonita, a senhora é muito inteligente, mas ficar parindo filho, não dá.” Para vocês terem uma ideia do ambiente. E isso era tudo gente de esquerda. Certo? Não era a extrema direita, não.

A. F. –A elite intelectual de esquerda.

M.C. – A elite intelectual de esquerda da Maria Antonia. Tinha essa relação excelente com a gente.

A. F. –E você entrou no mestrado quando?

M.C. – Em 65. Na verdade foi 66. Eu entrei no mestrado, nós fizemos... era um curso que a gente fazia de pós-graduação. Não existia crédito, tudo isso que, depois, a ditadura inventou não tinha. Você fazia um curso e depois apresentava a dissertação. E eu apresentei a minha dissertação em fevereiro de 67. Então eu fiz o curso e a dissertação em um ano.

A. F. –E a formação na França?

M.C. – Foi depois. Com a tese defendida, nós fomos enviados para completar a formação e iniciar a preparação do doutorado na França. E nós fomos então em outubro de 67. O que significou ir para França nesse período? Significou que a minha verdadeira formação política se dá, em 68, na França, e não no Brasil. Então... Eu fiquei de 67, 68, 69. E aí sim, aí foi para valer.

M.M. – E levou as crianças.

M.C. – Eu fui com a família, fui com dois filhos, fiquei, inicialmente, no interior, em Clermont-Ferrand. Quando começou o movimento todo, nós participávamos e participávamos com as crianças. Todo mundo levava os filhos. Levávamos os bebês, as crianças. E depois, meus pais, no final de 68, em agosto de 68, eles foram à França e trouxeram meus filhos para o Brasil. E aí eu tinha sido transferida para Paris. E então, aí, eu entrei no grupo Rouge, dos trotskistas, e participei, participei ativamente; e, além de participar, foi o período em que eu li, aí eu li para valer, aí eu li o Marx, eu li o Lênin, eu li

Trotsky, eu li tudo o que eu não tinha lido. Participava de debates, participava de campanhas, passeatas, de tudo. E aí acontece o Ato Institucional nº 5. Os professores do departamento que são cassados, os exilados... O meu departamento ficou com a dona Gilda, o Vitor Quinol, o Osvaldo Pochat (*Boechat?*), que tinha uma bolsa e estava em Berkeley, a Maria Silva Carvalho Franco, que era da sociologia e estava emprestada no Departamento de Filosofia, e um jovenzinho português chamado Armando Mora de Oliveira. E aí eu decidi que voltar. Falei: eu vou voltar, porque o departamento precisa.

M.M. – Esse período que você ficou na França já significou o doutorado, aquele doutorado de troisième ()?

M.C. – Eu não fiz, porque eu vim embora. Eu fiz aqui. Depois, eu vou te contar em que circunstâncias eu fiz. Aí eu vim. E eu cheguei e não entendi nada. Nada! Porque eu tinha tido contato com os primeiros que tinham chegado na França. Os primeiros refugiados, os primeiros exilados. Que eu já não entendia, porque cada um que chegava pertencia a uma coisa diferente da do outro; e me passavam os documentos, e eu lia, dizia: mas são iguais. Qual é a diferença? Por exemplo. Levou muito tempo para eu entender a diferença entre a guerrilha como o braço armado da revolução e a guerrilha como o foco revolucionário. Eu lia, para mim era a mesma coisa, eu não era capaz de avaliar o tamanho da diferença e a visão política que isso implicava, e a pluralidade de tendências. Nada. Era uma coisa misteriosa. Eu cheguei, tendo lido tudo que era possível ler do material das diferentes correntes...

M.M. – E lá na França, você se vinculou do ponto de vista de professor a quem?

M.C. – Ah, nos especialistas em Spinoza. Então eu trabalhei com o professor Victor Goldschmidt, primeiro...

M.M. – Você já tinha focado em Spinoza nessa época.

M.C. – É. E depois com o professor (Silvan Zack), na Sorbonne. Ocorre que, com os acontecimentos de 68, em 69 nasce Vincennes. E eu abandonei a Sorbonne e fui para Vincennes. Só para vocês terem uma ideia, a abertura de Vincennes, o primeiro dia de aula de Vincennes é uma conferência do Marcuse. Marcuse foi, fez uma conferência magna. Bom. Os meus professores eram o Lacan, o Foucault, o Deleuze, o Derrida, o Badiou...

M.M. – Essa gente toda foi para...

M.C. – A esquerda inteira foi para Vincennes. Então é inenarrável, é...

M.M. – Você participou de uma experiência incrível.

M.C. – Incrível. Nada, nada se iguala. Nunca mais você poderá ter uma coisa desse tipo. Nunca mais. Porque, primeiro, você vê uma nação inteira, um país inteiro em ação política, e com todas as divergências, e a luta efetiva. Depois, você vê os efeitos que isso vai tendo no cotidiano. Depois o enorme efeito que isso tem na vida intelectual, na vida acadêmica, na vida universitária. É uma coisa... Uma coisa gigantesca. É gigantesca. Para quem veio de Pindorama, eu participei da revolução. [risos] Eu participei da revolução mundial. Foi uma coisa gigantesca, inigualável. E aí vocês podem imaginar o que foi descer em São Paulo em final de 69, começo de 70.

M.M. – Em plena ditadura, no momento da repressão.

M.C. – E a experiência foi... a experiência, primeiro, da miséria total em que nós estávamos, e do medo, do medo, porque você saía de manhã mas você nunca sabia se você ia voltar. Ninguém sabia se voltaria para casa. Você estava dando aula, você não sabia se no dia seguinte aqueles alunos estariam lá ou se eles teriam desaparecidos, se eles seriam presos, mortos, torturados. Você estava com os seus colegas, no dia seguinte, um deles não aparecia, você não sabia. Depois você ficava sabendo: a Carmute foi presa, a Salinas foi presa, Eleni está morta. Mas era assim que você sabia. Havia o pessoal do... estava vestido à paisana, o pessoal do antigo DOPS, nas classes, nas salas de professores, havia microfones nas nossas salas todas, fora toda a censura existente na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema. A reitoria era comandada por um militar. Tinha um reitor lá, civil, ligado de corpo e alma à ditadura, mas a direção efetiva era militar. Eram eles que decidiam tudo. E aí o Miguel Reale, que era o reitor, mandou avisar a dona Gilda, que tinha ficado na chefia do Departamento, que ele ia ser obrigado, pela lei, a colocar um interventor no Departamento, porque nós não tínhamos a titulação para ser um departamento; então, ou fecharia ou ele colocaria um interventor titulado, porque o departamento precisava de um livre docente, no mínimo dois doutores e, no mínimo, quatro mestres. Então Maria Silvia apanhou uma série de notas e artigos que ela tinha feito, arrumou e transformou aquilo numa livre docência; e eu peguei as minhas notas de trabalho do que iria ser o meu doutoramento sobre Spinoza e fiz o doutorado. Tanto que EU defendi e botei numa gaveta; e nunca mexi, porque são notas de trabalho. A minha tese eu fui defender em 77, com a livre docência. E depois, havia quatro

jovens lá, o Arlei Moreno, o Leon Kosovitch, o Armando Mora de Oliveira e o Wolf Kutz, que estavam em condições de fazer os mestrados. Informalmente, eu fui orientadora do Armando e do Leon, Maria Silva, do Wolf e dona Gilda, do Arlei. E eles fizeram o mestrado. E nós garantimos que o departamento ficasse aberto, funcionando. Mas olha, para vocês terem uma ideia... Isso já foi nos meados dos anos 70, acho que foi 74... Não me lembro a data exata. Deve ter sido 74. Um aluno nosso, brilhante, o Sérgio Cardoso, veio fazer pós-graduação comigo e mestrado, e nós decidimos contratá-lo. Nós tínhamos feito várias contratações depois. Um grupo jovem, que foi contratado todo ao mesmo tempo. Tanto que, se eles se aposentarem, o Departamento, hoje, fecha, porque eles foram contratados todos ao mesmo tempo.

M.M. – Quer dizer, na verdade, o Departamento acabou se constituindo muito nessa conjuntura.

M.C. – Foi. E foi... Depois, eu vou contar para vocês também a mudança pedagógica...

M.M. – O que é contraditório, porque, exatamente num momento de grande repressão, vocês conseguiram criar um departamento inovador, com pessoas novas.

M.C. – É. E claramente de esquerda. Mas então... Os papéis do Sérgio. Os papéis da contratação do Sérgio foram para a reitoria; e depois veio o aviso de que ele não seria contratado. Não seria contratado porque ele tinha participado do congresso de Ibiúna.

M.M. – O famoso atestado ideológico.

M.C. – É. E estava escrito a lápis no processo dele: “Impedido. Ibiúna.” E foi uma luta gigantesca, envolvendo outras pessoas, envolvendo gente de Brasília, (a família dele é de Brasília) envolvendo... O resumo da ópera, a única coisa que eu quero contar para vocês é o seguinte. Ele foi chamado... Eu fui chamada, conversei com um capitão, que estava à paisana. Conversou comigo e tal. E aí ele me disse: “Não, eu acho que não vai haver problema na contratação do rapaz. Ele era um lambari nessa história toda. Acho que não vai haver problema.” Aí o Sérgio é chamado à reitoria. Ele vai e conversa, a portas fechadas, com um militar. E, quando termina, o militar disse o seguinte: “Eu não existo, esta sala não existe e nós não conversamos.” Então era assim que eram feitas as contratações. E isso num clima amistoso; porque a gente sabe o que foram as delações, o que foi o controle ideológico, o que foi a direitização da USP. Eu não estava aqui quando a Maria Antonia foi incendiada

pelo CCC, que estava sediado no Mackenzie. E o folclore narra, isso eu não posso provar, mas o folclore narra que um dos líderes do CCC no ataque à Maria Antonia foi o Boris Casoy. *É uma vergonha.* [risos] Mas isso eu não posso provar. Isso é o que o folclore diz. Então, eu perdi o momento heroico de 68 no Brasil. Realmente, o momento heroico aqui. E fiquei só com o momento do terror e das mortes, das prisões, dos exílios, do desespero. E nós falávamos...

M.M. – O Departamento de Filosofia se distinguia. Pelo fato dele ser um departamento menor, de não ter quadros, ele se distinguia um pouco dos outros departamentos, que ficaram muito mais conservadores, muito mais dominados por essas forças de direita.

M.C. – É, se distinguia dos outros. É. E esse Departamento de Filosofia, com esse perfil, nós devemos a dona Gilda. E graças ao fato... Foi uma coisa muito interessante. Como eu tinha essa formação de esquerda revolucionária na França, eu passei a fazer filosofia de outra maneira. E isso também passou para dentro do departamento. Eu não fazia ideia. Depois, alunos do período, que muitos deles, agora, meus colegas e tudo, contam a diferença, porque a História passou, a história do pensamento, a história política, a história social passaram a fazer parte do trabalho de filosofia. E foi nesse período que eu... Eu queria dar uma contribuição qualquer. Eu preciso dar uma contribuição qualquer. Então vou fazer a crítica... Foi quando eu comecei a me interessar pela crítica de ideologia. E eu disse: eu vou fazer a crítica do autoritarismo. Eu vou escrever de um jeito que fique claro que eu estou falando de hoje. E o Miguel Reale deu uma entrevista, na qual ele dizia... Ele tinha sido integralista, minha mãe o conhecia, minha mãe tinha os livros do Reale do período integralista. E ele disse: “Depois de um longo período, chegamos ao poder.” Eu falei: é aí, é isso aí. Eu vou escrever sobre o integralismo. E aí eu comecei a preparar o integralismo. Bom. Esse também é o período... que aí, para mim, ele é o período decisivo, porque é o período no qual nós criamos o CEDEC; e é o período no qual eu começo a também ter a relação, via CEDEC, com os historiadores, entre os quais o atual, aqui presente, trabalhando sobre a formação da classe operária brasileira. Eu, agora, gostaria de falar do CEDEC.

M.M. – Ótimo. Eu ia fazer essa pergunta. Como é que o CEDEC foi criado?

A. F. – Só um pouquinho, antes de falar do CEDEC. Você falou que, do ponto de vista de entender o debate político da esquerda, já na França, para entender o pessoal que estava chegando do Brasil, era complicado. Voltando para cá, as organizações sendo dizimadas,

certamente foi mais complicado ainda. Como é que você se situava nesse debate interior da esquerda nessa primeira metade dos anos 70?

M.C. – Eu, simplesmente, não me situava. Você sabe o que eu fazia? Eu fazia o seguinte. Aqueles que precisavam de guarida, a minha casa era uma casa aberta, para dar guarida, para ajudar a escapar, para levar para o exílio, para juntar o material, esconder material. Eu fui suporte, suporte logístico de proteção das pessoas. Mas já não havia condição de nada. De nada. Porque todos os grupos se fecharam sobre si, ficaram autocentrados e sem referência externa nenhuma.

M.M. – Ou entrava mesmo na clandestinidade.

M.C. – É. Era essa a opção. E essa opção eu não fiz, de ir para a clandestinidade. Isso eu não fiz.

A. F. –É. Até porque, quando você chega, Marilena...

M.C. – Já está tudo desmantelado. Já está tudo desmantelado, não é.

A. F. – Depois, muita gente vai para o Chile...

M.C. – É. Tem o pessoal que está no Chile, tem o pessoal que vai para a Inglaterra, tem o pessoal que está na França, está tudo muito disperso.

M.M. – Mas você tinha simpatia ou afinidade com algumas dessas correntes que estavam, nessa primeira metade dos anos 70, envolvidas com a luta armada?

M.C. – Os trotskistas, a antiga POLOP, que depois virou POC. Essa era a minha referência.

M.M. – Voltamos ao CEDEC então.

M.C. – Nós, depois do incêndio da Maria Antonia, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas foi jogada nuns barracos de amianto.

[FINAL DA FITA 1]

M.C. – Então. Foi jogada nuns barracos de amianto lá na Cidade Universitária. E a situação de precariedade, os riscos, o perigo, o temor, medo produziu uma comunidade; independente de departamentos, foi se formando uma comunidade de pessoas que tinham afinidade política, afinidade intelectual. E havia a ideia de fazer encontros, seminários, discussões, apresentação de trabalhos -, a gente fazia os alunos circularem entre os vários professores. E foi nesse período – que eu comecei a trabalhar a questão de ideologia, a questão do integralismo, eu fui ler a Sociologia, eu fui ler História –, que eu tive um contato –, que começou assim, de uma maneira muito informal: um cafezinho –, um contato com o Weffort. Aí eu li as coisas do Weffort sobre a crítica do populismo e tal. E ele organizou alguns seminários, lá na Ciências Sociais, alguns seminários sobre questão de ideologia, sobre questão de partido político, etc., e eu fui a alguns desses seminários. Ah, eu quero fazer um parêntese aqui. Quero fazer um parêntese para vocês avaliarem o clima em que a gente vivia. Quando foi o congresso que vocês fizeram em Campinas, você e Paulo Sérgio?

Michael – Em 75.

M.C. – 75. Em 75, o Michael e o Paulo Sérgio organizaram um enorme congresso internacional na Unicamp. Qual era o tema direto do congresso? Você lembra?

Michael – Autoritarismo e alguma coisa. Era... Não lembro exatamente. Então não era muito claro.

M.C. – Bom. E foi enorme. E com discussões interessantíssimas, por exemplo, entre o... como é o nome? Barros...

Michael – Antonio.

M.C. – O Antonio, é. E o Fernando Novais. Bom. Eu..

M.M. – Eu assisti. Foi uma coisa memorável.

M.C. – Memorável.

M.M. – Todas as pessoas que estudavam história, ciências sociais saíam da FRJ para assistir esse seminário. Era uma coisa. Aquele Arno...

M.C. – Então. O Arno Mayer, eu fui a encarregada de fazer o debate do *paper* do Arno Mayer, porque era sobre autoritarismo etc. Bom. Com isso, eu fui passear com Arno Mayer. Fomos passear. Fomos ao Rio, depois o (Bolaff) fez um jantar na casa dele, etc. e tal. E o

Arno Mayer disse o seguinte para mim: “Há uma coisa que é um verdadeiro mistério para mim, aqui, entre vocês. Vocês falam, discutem, discordam, concordam, debatem, é uma coisa acalorada, mas só vocês entendem o que vocês estão falando. Vocês falam uma linguagem cifrada, que ninguém entende. Nenhum de nós estrangeiros entendeu do que é que vocês estão falando.”

M.M. – Aquele debate do Fernando Novais, aquilo era uma loucura. E tinha réplica, tréplica...

M.C. – E tudo cifrado, porque a gente tinha aprendido a falar escamoteando a ditadura e a censura, e eu não tinha ideia de que nós tínhamos inventado uma linguagem. Nós inventamos uma linguagem que nós nos entendíamos, todos, perfeitamente.

A. F. – Era como as canções da época, em que todo mundo ouvia o segundo e o terceiro sentido.

M.C. – É. Outro dia, eu estava ouvindo algumas, eu pensei: como será que os jovens de hoje escutam essas músicas. Eu estava ouvindo, por exemplo, *Apesar de Você*, eu pensei, eles devem achar que é uma briga de namorados, não é? Não deve passar pela cabeça que são os generais. E era tudo cifrado. Isso é uma coisa que eu guardei muito, dele dizer vocês falam uma linguagem que só vocês entendem e ninguém mais. O que é um sinal interessante de como a gente era capaz de driblar a ditadura e a censura. Então, e nesse ambiente, um dia o Weffort me convidou para um pequena reunião, eu acho até que foi na casa do Moisés... Era o Moisés, o José Augusto Guillhom de Albuquerque, que tinha acabado de ser contratado, o Weffort e eu. E o Weffort disse o seguinte. Ele disse: “Olha, eu estou no Cebrap. Mas o Cebrap é de um economicismo excessivo, e eu acho que vão começar a acontecer coisas muito importantes no Brasil, e nós não temos um pensamento, nada, conceito, nada, nós não estamos preparados para entender o que vai acontecer no Brasil. Então eu estou propondo que a gente crie um outro centro, que tenha como núcleo duro a discussão da política, e não da economia.” Bom. Discutimos, fizemos várias reuniões em torno disso, até que, finalmente, se decidiu criar o Centro. E como eu ia fazer parte e a minha questão era mais ideologia, etc., colocou-se cultura. Centro de Cultura Contemporânea é por minha causa. Porque eu ia ser um peixe fora d’água. Bom. Por que o CEDEC foi uma coisa tão decisiva eu acho que para muita gente e para mim e eu acho que para o pensamento brasileiro? Pelo seguinte. De alguma maneira, eu escrevi um pouco disso na introdução que eu fiz sobre a questão do

integralismo, baseada em dois textos do Michael sobre a questão da classe operária. O que é que o Michael dizia nos textos dele? Ele dizia: olha... Ele fez uma explicação, uma interpretação da classe operária brasileira pelo que ela não tem, pelo que ela não é, e não pelo que, positivamente, ela é. Bom. Nessa altura eu estava lendo a sociologia e a história brasileira e eu percebi duas coisas. Primeiro, que a sociedade brasileira inteira era explicada à maneira como o Michael tinha dito que se explicava a classe operária, ou seja, pelo que falta. Não tem burguesia, não tem a classe operária, não tem...tudo. Ela é explicada pela falta, pela ausência, pela privação. E como não tem nada, ela é uma negação, quem vai ser o sujeito histórico e o sujeito político? O Estado. E portanto você tem uma ciência social e uma história do Brasil que são feitas tendo como objeto o Estado. Tudo se passa a partir do Estado. Bom. O que é que o CEDEC representou. O CEDEC representou a ruptura com essa maneira de fazer Sociologia e de fazer História, porque o CEDEC introduziu, por razões as mais variadas, seja por causa formação do Weffort, seja por causa da presença de muita gente que vinha das comunidades eclesiais de base, seja pelas minhas preocupações filosóficas e históricas e a inspiração do Michael, o caso é que o núcleo do pensamento do CEDEC foram os movimentos sociais. Quer dizer, o que é que o CEDEC introduz? Ele introduz a ideia de que a sociedade brasileira existe. E que essa sociedade existe, que ela tem um vácuo, que ela tem contradições, que ela tem conflitos, e que a história se passa ali. E portanto, isso que hoje para os jovens estudantes é um lugar comum, movimentos sociais, a sociedade brasileira, foi uma criação que o CEDEC introduz. Pelo menos, no meu aprendizado teórico, no meu aprendizado político, no meu aprendizado histórico, foi lá, foi lá que o marxismo que eu sabia abstratamente, como teoria, pode-se concretizar; foi lá que eu compreendi o que era, efetivamente, o fenômeno da ideologia; e foi lá que eu entendi as greves do ABC.

A. F. –E a criação do CEDEC é em que ano?

M.C. – É 78. Ou 76? O CEDEC fez trinta anos o ano passado. 76.

A. F. –E aí já pega também o momento de ressurgimento do movimento estudantil, quer dizer, a greve, é uma nova geração também.

M.C. – É. E é interessante, porque as discussões no CEDEC eram discussões sobre a questão de partidos políticos, ideologia, democracia e socialismo mas a... vamos dizer a ação popular, o movimento popular nas suas diversas modalidades.

M.M. – E como era a estrutura de funcionamento do CEDEC?

M.C. – No início, ele era... Para você ter uma ideia, eu era vice-presidente do CEDEC. Imagine. O Weffort era presidente, eu era vice-presidente, o Moisés era o secretário, o Luís Wanderley era o tesoureiro. A PUC cedeu, em frente a ela, cedeu uma casinhola que eles tinham lá, então era nessa casinha em frente à PUC, na Monte Alegre. E o CEDEC, ele era constituído por dois pequenos escritórios, o presidente com a vice-presidente, o secretário e o tesoureiro e uma sala de reuniões e uma cozinha onde se fazia café. E todo mundo era convidado. Então, o Arrais, quando chegou o exílio, foi lá, o Almino foi lá, todo mundo que chegava do exílio ia lá para falar, diferentes correntes – Merchior, Laclau, Celso Lafer, Apolônio, Mário Pedrosa – todo mundo era convidado para fazer uma exposição; e havia debates. Os convites eram feitos ou por telefone ou – olha, depois de amanhã, fulano vai estar no CEDEC, vai lá. À medida que isso foi se ampliando, materiais foram surgindo, porque as pessoas começaram a preparar coisas para apresentar no CEDEC, então o Weffort achou que a gente tinha que ter uma revista. E aí foi aquele caderno, que era mimeografado, não é...

A. F. – Com aquela capinha recortada.

M.C. – É. Com aquela capinha recortada. Era um caderno. Que durou até quando, nos meados dos anos 80, foi criada a (*Lua Nova*). Aí, é claro, o ... Aí vem, é agregada a Maria Vitória. E para poder efetivamente intervir no debate nacional, intervir politicamente, ter as publicações, enfim ser um centro, mesmo, de estudos, era preciso um financiamento, era preciso uma estrutura de organização e tudo, aí ele se tornou mesmo, aí teve o seu estatuto, seu regimento, se tornou, efetivamente, uma figura jurídica. Eu participei ativamente até 83, 84. Depois, eu fui me afastando porque a minha participação foi se dando no PT, e eu fui deixando o CEDEC. E a minha adesão imediata ao PT, à criação do PT se deu a partir da maneira como nós, no CEDEC, interpretávamos o significado das greves do ABC e a ideia de que a queda da ditadura se faria não por um apodrecimento pelo alto, como sempre se explicou, mas ela se faria por uma ação que vinha de baixo, da sociedade, da classe operária.

M.M. – E como é que começou a conexão dessas pessoas do CEDEC com o ABC, com as lideranças sindicais?

A. F. – Só uma coisa. A senhora explicou a necessidade de um novo centro pela questão do economicismo do Cebrap; mas parece expressar um pouco a busca de uma

autonomização por parte de um grupo... quer dizer, antes até o desenvolvimento () disso ganhar visibilidade, um grupo que... que o Cebrap, num certo sentido, acaba sendo muito ligado ao MDB, a uma posição institucional nesse momento.

M.C. – É. O CEDEC vai se desenhando...

M.M. – Essa independência do CEDEC, eu acho que ela vai ocorrendo de uma forma mais paulatina do que propriamente de uma opção. Porque o CEDEC é criado em 76. Essa opção em separar do MDB ainda não estava propriamente em pauta em 76.

M.C. – É. Não, não. Isso não foi posto assim. Foi posto como a necessidade de uma reflexão sobre o Brasil, porque a mudança vinha vindo, e nós não estávamos preparados para entender. E porque... A explicação canônica vigente era a teoria da dependência. E que era, como diz o Michael, o famoso tripé da teoria da dependência, que deixa de fora a classe operária. A classe trabalhadora não existe. Então, tem muito isso, é um economicismo, mas também não é um economicismo qualquer. É um economicismo que se pretende de esquerda, no qual, entretanto, a classe trabalhadora não é protagonista, não é sujeito. Então tem isso. Quer dizer, você tem uma tradição... vamos dizer, você tem uma tradição teórica na qual o sujeito histórico e político é o Estado; e quando você pensa uma ação política partidária, social, etc., a classe trabalhadora entra como coadjuvante, não como protagonista. É contra isto que o CEDEC aparece. E quem é que o CEDEC agrega? Agrega todo mundo que está trabalhando, que tem uma prática que vai nessa direção, e que ainda não realizou uma reflexão sobre isso. Então, o pessoal que está nas CEBs, o pessoal que está fazendo história da classe operária, o pessoal que está no movimento estudantil, o pessoal que começa a organizar as associações de docentes. Tudo que começa a se organizar como movimento social vai para lá, porque é lá que a reflexão sobre isso vai ser realizada. Então, sob certos aspectos, estão no CEDEC aqueles que depois vão estar no PT, na hora que o PT vai nascer, eles vão estar lá. Como é que se dá a relação com o ABC? A relação com o ABC se dá porque, quando as greves eclodem, o Weffort, o Moisés, o Luís Eduardo Wanderley, o Pedro Jacob, Maria Vitória, Dulce Gomarick (esses são os que eu me lembro) se deslocam para o ABC; se deslocam no sentido não só de expectadores do que se passa mas de participantes. Eles participam de reuniões, dão palpites, eles trabalham com os operários. É um instante, por exemplo, em que Lélia Abramo e um grupo de teatro também vai. O poder da Lélia sobre o Lula foi uma coisa impressionante. A Lélia é grande mulher, que segura nos momentos

mais difíceis, e diz: você vai e vai falar. Então, é muito interessante porque, houve um momento em que muita gente foi ao ABC, e os operários diziam o seguinte: “Veio fazer tese, doutor?” E portanto, a consciência de que eles não eram objeto.

M.M. – Eles queriam ser atores.

M.C. – Era de uma clareza... Mas há uma presença lá do CEDEC. E depois, no desdobramento, as prisões, o CEDEC está presente, inclusive, com o sindicato; e depois, à medida que a coisa vai se acalmando, o pessoal do sindicato é convidado a vir ao CEDEC. Eles vêm, fazem seminários, fazem exposições, discutem com a gente. E depois começa a proposta de criar um partido socialista.

A. F. –A campanha do Fernando Henrique de 78, o CEDEC se envolveu, as pessoas ou a organização mesmo, ativamente?

M.C. – Não. Nós votamos nele, mas...

M.M. – Não se engajaram efetivamente.

M.C. – Não. Não. Já havia...

A. F. –Um distanciamento um pouco maior.

M.C. – É, um distanciamento, é, um pouco maior.

A. F. –E começa a discussão da criação de um partido socialista.

M.C. – Um partido socialista. O Michael se lembrou, coisa que eu não me lembrava, que a primeira reunião a esse respeito, ele não participou, ele me levou numa casa que ficava no Morumbi. E depois de eu dar muitos tratos a bola, eu me dei conta que era na casa do Lucio Kovarick. Então, essa primeira reunião, eu me lembro que tinha o pessoal do CEDEC, mas éramos poucos, éramos uns dez do CEDEC, gente do Departamento de Ciências Sociais e alguns antigos companheiros de política acho que do Lucio. Porque eu me lembro, por exemplo, que Andréa Luparick, que tinha sido de AP, estava nessa reunião. Então, havia algumas pessoas da AP lá. E essa discussão era uma discussão que também começava a ser feita no CEDEC mas não em termos de criação de um partido socialista. No CEDEC a discussão é: o socialismo e a democracia são compatíveis? Então eu me lembro de um longuíssimo seminário do Laclau, em que ele mostrava que a democracia e o socialismo são independentes um do outro e você pode ou não juntá-los. E eu fiz o meu seminário, que

depois saiu no *Cultura e Democracia*, aquele texto comprido... para dizer o contrário. A primeira versão, ainda não tinha o PT. A primeira versão é para dizer que só há socialismo se houver democracia. É uma verdadeira democracia, uma democracia que não seja formal, uma democracia concreta só pode ser no socialismo. Havia esse debate. Havia seminários discutindo isso. Então o tema, vamos dizer, o tema de reflexão era socialismo e democracia. E o tema prático é: vamos criar um partido socialista? Então, houve essa primeira reunião. É tão vaga a minha lembrança que eu não sei o que nós discutimos. Eu não me lembro. Eu quero dizer uma coisa em *off* aqui. O Michael... Eu queria que desligasse.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.C. – Houve, eu participei de uma outra reunião, enorme essa, naquele convento, seminário que tem no Anhanguera, o Cajamar. É Cajamar?

A. F. – O Cajamar. Mas não é convento, não. O Cajamar foi comprado pelo sindicato, depois.

M.C. – Não. Mas era antes. Ainda era coisa de padre. Será então que não era Cajamar?

M.M. – É antes da criação do PT. 78.

M.C. – É, antes da criação do PT. 79, eu acho. É. Eu vou te contar que nós demos cursos de formação de quadros, ainda era dos padres.

A. F. – Não. Foi em Taboão da Serra. Porque tem em vários documentos, inclusive, do início do PT, que os debates aconteceram num espaço em Taboão da Serra. Bom. Isso a gente pode verificar depois.

M.C. – É. Eu sei que era fora de São Paulo. E essa foi uma reunião enorme. E tinha: Lula, Fernando Henrique, Almino Afonso, Hélio Bicudo, alguns professores da GV, o pessoal do CEDEC, Chico de Oliveira, havia gente do Cebrap, gente do CEDEC, gente da GV, uma parte dos sindicalistas...

A. F. – Da GV, o Guido já era da GV, esse pessoal?

M.C. – Ainda não. Era o... Como ele chama?

M.M. – Um mais velho?

M.C. – É. Ai meu Deus...

M.M. – Angarita?

M.C. – Angarita. Era Angarita e o grupo do Angarita. Suplicy ainda estava lá no MDB. Então tinha: igreja. José Gregório, Hélio Bicudo, José Carlos Dias... Enfim, Justiça e Paz. Justiça e Paz. Eu não sei se tinha CNBB. Isso eu não me lembro. Mas Justiça e Paz, Cebrap, CEDEC, gente da GV, sindicalistas, políticos que tinham vindo do exílio, o Almino, não me lembro se o Arrais estava. Enfim, também para discutir a criação de um partido socialista. Antonio Candido estava. Acho que Apolônio estava. Mario Pedrosa estava. Havia intelectuais. Eu não lembro... Tinha artistas. A Lélia estava. Eu lembro mais ou menos desses nomes. Mas, possivelmente, nos cadernos meus deve ter isso.

M.M. – Era muita gente.

M.C. – Era muita gente. Eram umas cem pessoas. E nós passamos o dia lá, discutindo. E não se chegou, efetivamente, a nada. Os vínculos de alguns com o MDB era muito forte, o que se entendia por socialismo era muito fluido, e... Agora, eu quero falar uma coisa *off*. Depois, vocês vão ver se põe ou não põe.

M.M. – Depois, quando foi ser editado, você tira o que você quiser.

M.C. – O Fernando Henrique estava sentado perto de mim. E aquela menina, Portugal, que era assistente, secretária dele, a Gilda Portugal, estava lá. Tinha uma fileira assim, um círculo, e eu estava *aqui*, o Fernando *aqui* e ela *aqui*, entre nós dois, na fileira de trás. O Fernando virou e disse para ela: “Eu não vou para um partido, para chefia de um macacão azul.” Então, havia desde a decisão de que um partido que vai ter operários no comando...

M.M. – Estou fora.

M.C. – Estou fora. Havia desde isso até os que não tinham muita ideia do que era socialismo, até os que tinham uma visão leninista do que seria o partido.

A. F. – Isso já é 79.

M.C. – 79. Porque foi depois das greves. Depois, houve reuniões menores, com grupos menores, em vários lugares, discutindo a criação de um partido socialista e não chegando a lugar nenhum. Mas essas discussões, elas refluíram para a reflexão dentro do CEDEC, então surge no CEDEC um tema: o que é um partido socialista? Ele é um partido de vanguarda? Ele é um partido de quadros? Ele é um partido de massa? Ele é um partido revolucionário?

Ele é um partido que vai se institucionalizar? Ou seja, antes do surgimento do PT, há essa enorme discussão sobre a natureza do partido que surgiria. E havia muitas divergências. Muitas divergências. A única coisa que era tranquila para todo mundo é que seria um partido institucional, e não um partido clandestino; e que seria... só poderia ser um partido socialista se fosse um partido da classe operária, e não *para* a classe operária. Esses dois pontos foram consensuais sempre, pelo menos no nível da reflexão. Bom. Então... eu disse tudo isso para dizer a vocês que foi via CEDEC que se deu a minha relação com o PT.

A. F. – Marilena, nesse momento, você está ganhando uma visibilidade pública já. 79, justamente, é o momento em que os seus textos começam a ter uma circulação...

M.C. – Ainda não. Não. É 80, 81. Em 80 sai *O que é ideologia* e eu escrevi alguns artigos na página três da *Folha*.

A. F. – Exatamente no ano de fundação do PT.

M.C. – É. E aí, em 81, sai o *Cultura e Democracia*. E aí... Ou seja, eu tinha uma visibilidade muito grande no meio universitário. É, isso eu tinha.

A. F. – Na própria USP.

M.C. – E no país, eu já tinha. Porque, nessa altura, eu tinha cursos, conferências, mesas-redondas, a minha participação nas SBPC.

M.M. – É. A SBPC foi um espaço muito bom, nessa época, de debates, discussões.

M.C. – É. Aquela SBPC que foi proibida, e que aconteceu na PUC, eu fazia parte da comissão de organização da SBPC. Então, através da SBPC, do CEDEC e do meu trabalho universitário, eu tinha uma visibilidade grande mas dentro do mundo acadêmico. Com *O que é ideologia* e depois o *Cultura e Democracia*, aí sim, aí é outra coisa, aí eu fui parar na televisão...

M.M. – É. Porque a filosofia, essa articulação de filosofia, história transborda para um público que não é mais o público acadêmico.

M.C. – É. Exatamente. É.

A. F. – É interessante essa coincidência. Foi coincidência temporal, essa abertura, essa visibilidade se dá exatamente no momento em que essa proposta, que vinha sendo costurada,

amadurecendo, do partido... quer dizer, a tua emergência se dá e já identificada como uma intelectual vinculada ao PT.

M.C. – É. Com o PT. É. Eu entro na cena pública, vamos dizer assim, já com a marca do PT. Ah, isso, sem dúvida.

M.M. – Quais eram os pontos principais que você vai defender nesse momento?

M.C. – A primeira coisa é... eu fiquei muito... vamos dizer espantada com o fato de que as primeiras e mais duras críticas da proposta de criação do PT e o surgimento efetivo dele vieram da esquerda. Então... para mim foi a aberração das aberrações. Depois, é claro, ficou óbvio para mim que era mesmo de lá que tinha que vir, pelo tamanho da subversão e da altura que esse partido significava. Mas num primeiro momento, então, eu me concentrei em algumas questões, que são as que, finalmente, apareceram naquele ensaio que terminava o *Cultura e Democracia*. A cada nova edição um ensaio era acrescentado. Agora, acrescentei três. Falei para o Cortez, vai chegar o momento em que nós vamos fazer isso em quatro volumes. [ri] Mas terminava com democracia e socialismo. Tomava a questão do vínculo necessário para democracia e socialismo mas depois passava para a questão da natureza do partido político e de um partido político de esquerda e marxista. Então tinha a discussão do colapso dos partidos comunistas, o colapso das formas clandestinas guerrilheiras e a recusa de um partido de vanguarda, a ideia de que um partido de vanguarda sempre se apresentou como um partido para os trabalhadores, a partir de um grupo de intelectuais iluminados da classe média, que decidiam o que é melhor para os trabalhadores. Então a ideia de que o PT rompeu, efetivamente, com essa tradição – fortíssima no Brasil – do partido de esquerda de vanguarda. Então, era a discussão sobre vanguarda, a questão dos quadros e a – vamos dizer, a composição heterogênea do PT. Porque esse é um ponto que era alvo das críticas e que eu procurei, na minha reflexão, mostrar que era de uma riqueza, que isso fazia desse partido um partido novo, não só porque não era um partido da vanguarda intelectual, mas ele era um partidos dos trabalhadores, mas porque ele era capaz de congrega os diferentes. Quando você olha, no momento da criação, você tem os sindicalistas, a Igreja progressista. Ou seja, nem Igreja progressista. Você tem Vaticano II. Porque você tem a Teologia da Libertação, portanto você tem uma Igreja marxista mas você tem a Igreja progressista, você tem as CEBs enquanto tais. Então você tem o Vaticano II. Depois, você tem todos os diferentes grupos que vieram da clandestinidade, da experiência guerrilheira e da experiência do exílio. Depois

you have all those who hadn't had a real experience of militancy – that was my case, for example – of real militancy and that they learn militancy there. That is the case of the large contingent of middle-class intellectualized, artists, etc.. And you have the students. And then you have, little by little, the self-presentation of blacks, very slowly, with a lot of difficulty, of women, then of the Indians. So, it is a party that congregated everything that had been done or that was about to be done in the field of the left, in the history of Brazil. And of those who were also heirs of the social movements of the 60s and 70s in the world, like the case of blacks, women, civil rights, etc. etc.. So, this heterogeneity, which was the object of criticism, I considered as one of the highest points of the PT, of being able to have a project that could congregate things so different; and that made the party be a party, internally, differentiated. And I always bet a lot on internal differentiation because I always saw in it a limit to bureaucratization. And it was inevitable. The people say here, it is going to become homogeneous, that it is growing, it is homogenizing, losing its traits...

A. F. – Esse tema da burocratização, do ponto de vista teórico, você já estava trabalhando. A sua relação com o Weffort.

M.C. – Já estava. Já estava trabalhando. Com Weffort. Eu já tinha escrito sobre o problema da burocratização, já tinha discutido; eu tinha dado, feito um curso na Funarte, que o Adauto tinha pedido para mim, sobre a questão da burocratização. Isso foi publicado. E esse era um tema que eu discutia muito no CEDEC; e que, quando eu fui para o PT, era... o meu tema dentro do PT era esse, a verticalização e a burocratização, a luta contra isso. Então há esse primeiro instante constitutivo, que eu chamo de o momento épico do PT, em que ele tem todas as componentes do novo e todos os elementos que teriam permitido a ele crescer, sem se tornar amorfo e sem se burocratizar. O que a gente não avaliou, eu, pelo menos, não avalie, era o preço que nós teríamos que pagar por participar da ordem.

M.M. – Ordem institucional.

M.C. – É.

A. F. – Que também não é uma coisa colocada no momento.

M.M. – Naquele momento era... esse pensamento...

M.C. – Era uma revolução.

M.M. – É. Estava distante.

M.C. – E mesmo, quando ele surge, ele surge, ele tem todas as características de um grande movimento social. Ninguém pensava numa intervenção institucional propriamente dita. Mesmo quando nós participamos das primeiras campanhas eleitorais, a finalidade era uma finalidade politizadora...

M.M. – (Não era de) ganhar eleição.

M.C. – Mas... ganhar eleição? Nunca.

M.M. – Era contra o voto.

M.C. – É. Era contra. Eu me lembro, quando nós elegemos os primeiros deputados, houve uma reunião do diretório, e o (Sicote) veio e disse: “Ah, eu não vou tomar posse. Não posso ser deputado. Todo mundo sabe que deputado é filho da puta. Deputado não presta. Eu não vou ser deputado.” Aí nós demos uma longa explicação para o (Sicote) do papel que os petistas podiam ter na Assembleia Legislativa e as coisas que eles poderiam impedir, e o megafone que eles poderiam ser para a sociedade e tal; e, com muita dificuldade, nós convencemos o (Sicote) a tomar posse. Mas no primeiro instante, os primeiros eleitos, eles ficaram horrorizados com a ideia de que eles tinham sido eleitos.

M.M. – E muitos parlamentares tiveram muita dificuldade, depois, de se adequar à rotina parlamentar.

A. F. – Estou pensando no Djalma Bom.

M.M. – É. Fala. É incrível a entrevista dele. Como aquilo era complicado. Meio que contrariava uma série de práticas.

M.C. – Era um horror. Era um sofrimento para eles.

A. F. –A gravata.

M.C. – É, a gravata.

A. F. –Eu queria só voltar um pouco. Nesse momento de formalização do PT... quer dizer, tem uma série de reuniões, já dissociado da ideia de partido socialista popular mas já envolvido na iniciativa dos sindicalistas de criar o PT, tem toda uma série de reuniões, que desemboca no Sion...

M.C. – Agora, eu queria dizer a vocês o seguinte. Eu acho, a alma *mater* da ideia de um partido dos trabalhadores é Weffort. É o Weffort que formula isso com os sindicalistas e mostra para eles qual é o novo patamar a que eles podem passar, se eles se organizarem.

M.M. – Mas os sindicalistas já não tinham essa ideia da criação do partido?

M.C. – Do partido? Não. Não, não. Eles eram contra. Para eles, partido era Arena e MDB. Eles abominavam aquilo. Eles tinham a visão dos partidos existentes e, efetivamente, de uma coisa muito ligada à ditadura, ao autoritarismo. Não, não. Eles tinham verdadeira abominação. Isso foi um trabalho profundo que o Weffort fez, do significado de um partido político; ao qual, finalmente, eles acabaram aderindo.

A. F. –E você foi a essa reunião de fundação no Sion?

M.C. – Eu não estava no Brasil. Eu não estava no Brasil na reunião de fundação. Eu sempre não estou no Brasil em momentos chave. [risos]

A. F. –Você estava na França.

M.C. – Estava na França.

M.M. – Foi na época do doutorado?

M.C. – Não, não, não. Eu fiz o doutorado em 71, a livre docência em 77. Então eu já estava livre das necessidades acadêmicas. Não. Eu estava dando um curso fora.

M.M. – E aqueles debates? Porque você, teve uma época em que você encarou umas brigas pesadas.

M.C. – Uma época?! Não me deixam em paz.

M.M. – Pois é. Sempre. Mas digamos, aquela época foi... Foi nesse período?

M.C. – Foi nesse período. O que é que acontece? O José Guilherme Merchior foi escolhido para ser o *ghost-writer* do Figueiredo. E saiu o *Cultura e Democracia*. E ele desceu a lenha, pelo *Jornal do Brasil*, dizendo que era esquerda de salão, que... Enfim, desceu a lenha. Eu conheci o José Guilherme Merchior num seminário que ele fez, no CEDEC, sobre ideologia. Eu achei que ele era civilizado, então respondi. E só depois é que eu soube, as pessoas me contaram, que conheciam Merchior, que era a vaidade em figura de gente, arbitrário, caprichoso... Enfim, uma personalidade complicadíssima. Se eu soubesse,

eu teria ficado quieta. Bom. Então eu respondi. Aí ele faz uma tréplica. É uma tréplica ao meu artigo. Nessa tréplica, além de voltar a dizer que eu sou irracionalista, pa-pa-pá, que eu tinha plagiado Lefort. Bom. Aí... bom, aí foi o caos, porque eu respondi, os colegas responderam, houve manifesto, houve abaixo-assinado. A desgraça era: Lefort tem um filho que mora nas montanhas da Grécia e é pastor e planta azeitona; não tem telefone... Naquele tempo só tinha telex. Ou telefone ou telex. Eu não tinha como me comunicar com o Lefort. Porque bastaria o Lefort falar e pronto. “Olha, o carinha disse isso. Por favor, me manda aí uma...” Bom. Passou-se o mês de férias europeu, a maldição do setembro, do agosto, setembro deles. Lefort toma conhecimento disso em outubro. Paulo Sérgio manda para a Rosa Aguiar, a Rosa Aguiar fala com Lefort, o Lefort faz uma resposta, que vem para mim via telex. Mas já tinham se passado dois meses e meio de tudo o que se possa imaginar. Sendo que, na minha segunda resposta ao ataque dele, eu, num dado instante, eu explicava que várias coisas escritas por mim e pelo Lefort tinham sido escritas ao mesmo tempo. Eu não podia dizer que eu tinha trocado cartas, etc. Havia várias coisas que eu não ia dizer. Bom. E aí o Merchior escreve: “O consumidor – o consumidor – não tem a menor obrigação de conhecer as intimidades entre Chauí e Lefort.” Falei: está bom. Acabou. Acabou. A partir daqui, mais nada. Vai atingir Michael, atingir meus filhos, meu pai, minha mãe, minha avó, minha tia... Chega! Quando chegou a resposta do Lefort. Otavinho Frias queria porque queria... Eu mandei para ele. Falei: olha. Veio. Mas eu não quero que publique. Eu não quero que publique porque, sabe-se lá o que Merchior vai falar, e eu não vou, não vou, realmente, sujar o nome dos meus filhos, do meu marido, de ninguém. Chega! Ponto final. Acabou. O sujeito não presta. E acabou. Só que tudo isso fez o quê?

M.M. – Tudo isso pode ter te trazido um grande sofrimento, mas para o grande público, te deu uma visibilidade... Grande parte dos estudantes, enfim, da esquerda, evidentemente, compartilhavam com você.

M.C. – É. Mas eu me senti desonrada. Desonrada. Eu fiquei tão desesperada... (Isso vai ficar em off) Eu fiquei tão desesperada que uma tarde... Michael estava dando aula na Alemanha. Eu estava sozinha no Brasil. Eu peguei o carro e fui para a Marginal e disse: eu vou me matar. Vou embaixo de um caminhão. E fui. Eu quando eu vinha para baixo do caminhão eu pensei: engraçado, eu quero me matar, mas eu não quero morrer.

M.M. – Ah, não vale a pena.

M.C. – Voltei para a casa e botei a vida em ordem. Mas ele me levou até...

M.M. – À loucura.

M.C. – É, à loucura. Porque eu tenho caixas e caixas do que veio para mim de correspondência, de cartas de apoio, de presentes, flores, joias, tudo o que vocês possam imaginar, vindo do Brasil inteiro. Mas eu me senti desonrada. Desonrada. E... é uma coisa tão incrível –, para ele, eu acho que foi uma coisa tão menor que – quando eu me tornei secretária de Cultura, ele era embaixador do Brasil no México – logo que eu tomei posse, a secretária disse: “José Guilherme no telefone.” José Guilherme é meu filho. Eu pego o telefone: “Oi, Zé Guilherme.” “Olá, como vai, secretária. Aqui é José Guilherme Merchior.” Eu quase deixei o telefone cair. “Eu queria convidá-la para uma conferência na Universidade do México. A embaixada se sentirá honrada de tê-la dando a aula magna de não sei o quê. Nós faríamos a senhora vir de primeira classe e se hospedar num hotel de cinco estrelas e...” Eu fiquei muda. Eu pensei: esse cara não avalia o que ele fez comigo. Eu quis me matar, quis me suicidar por causa dele. E aí eu tive um instante de bom senso. Eu disse: “Merchior. Eu, nesse momento, estou muito ocupada, vendo as coisas da Secretaria, tomando posse. Manda por escrito.” E ele mandou. Eu tenho o convite dele. E depois ele deu uma entrevista, que eu tenho também, para o *Estadão*, dizendo que eu era a maior intelectual do Brasil. Por quê? Porque a USP fechou as portas para ele, com o que aconteceu. Então... Mas ele não avaliou o que ele fez. Sabe. É verdade que... porque aí eu fui parar na televisão, nos jornais, fui para toda parte. Mas... não, o preço... Nossa Senhora! – o preço...

M.M. – Marilena, vamos voltar um pouquinho.

A. F. –Então em 80, você falou que ficou um tempinho na França. Você retornou ainda em 80?

M.C. – No começo de 81. Que foi quando o *Cultura e Democracia* saiu.

M.M. – Acompanhando toda essa nossa conversa, você, na verdade, se torna uma teórica dessa... Porque Filosofia é extremamente abstrata, teórica, e você estava usando a Filosofia para refletir, para responder, para equacionar caminhos para uma série de desafios que estavam se colocando naquele momento. Como é que era isso? Você se dava conta do impacto que isso tinha?

M.C. – Não. Do impacto, não. Não. Eu não posso avaliar. Eu fico surpresa quando eu encontro pessoas ou eu recebo cartas de pessoas que disseram que a vida mudou, mas radicalmente, por ter lido alguma coisa que eu escrevi. Ou... Enfim, as pessoas me veem na rua, elas vêm me tocar, para ver se é de verdade. É uma reação... É muito engraçado isso. Para ver se é realmente verdade e tal. Aí contam tudo que leram, algumas são... é tão comovente – dizem: não entendi nada; mas eu sei que é importante, porque foi você que escreveu. Um negócio meio... Agora, para os meus alunos e alguns dos meus colegas, isso teve um impacto muito grande, porque a ideia de que a filosofia, a história e o nosso presente estão articulados e um não vai sem o outro é difícil para as pessoas. Porque ou a filosofia fica, realmente, no alto das articulações... num pedestal, ou ela banaliza, na forma da autoajuda. Então, quando você não vai nem por um caminho nem por outro... Agora eu atribuo essa mudança no meu modo de trabalhar, eu atribuo, de um lado à minha experiência francesa, ao malho francês, atribuo aos anos de terror do Estado, que, realmente, era preciso fazer alguma coisa, e atribuo ao Michael, a presença da História, do concreto, do empírico, daquilo que precisa pensar. Então... tem essa composição aí. Agora é muito engraçado, porque... Essa maneira pela qual a filosofia veio para me ajudar a analisar, entender o Brasil, essa maneira de trabalhar com a política, a história brasileira, etc. se reverteu no meu trabalho em filosofia. Então eu... o Spinoza que eu escrevo é... Outro dia alguns alunos meus, orientandos meus disseram que é um Spinoza diferente do Spinoza dos europeus e dos americanos, que ele é um Spinoza enraizado. Tanto que é através dele que eu pude fazer uma análise da questão do fundamentalismo religioso, do reaparecimento da guerra de religião, da questão da teologia política, o prestígio do Calfi à direita e à esquerda, através do Spinoza. Mas certamente é por que eu fui do concreto a ele e dele eu venho ao concreto. Eu fui aprendendo a trabalhar dessa maneira. Uma experiência que foi muito importante para mim foi a experiência na Secretaria.

A. F. – Um pouco antes disso. A campanha de 82. Qual foi o teu envolvimento? Você não foi candidata.

M.M. – Você nunca pensou em ser candidata.

M.C. – Não! Não. A de 82 foi incrível porque... houve uma reunião (eu já estava no diretório municipal) e eu era do núcleo aqui do Ibirapuera, e houve uma discussão – que nós estávamos sem candidato a senador, e os nomes foram a Lélia e eu. Aí eu disse: ai, Lélia e eu,

de jeito nenhum.” Houve sempre, sempre propostas de núcleos, de diretórios, às vezes do próprio diretório nacional, para alguma candidatura.

M.M. – É, porque você é um nome nacional.

A. F. – Marco Aurélio conta uma história, que não sei quanto é folclórica, envolvendo ele, Paulo Sérgio, sobre um suposto apoio do dr. Ulysses Guimarães para você ser candidata a governadora. [ri]

M.C. – Foi uma coisa incrível que eles fizeram. Eles deram um telefone... e eu tenho a impressão que foi Marco Aurélio quem imitou o Ulysses, não foi? E Ulysses Guimarães insistindo para eu ser candidata a governadora.

A. F. – Mas porque o Lula já tinha manifestado isso, não é?

M.C. – É. Já.

A. F. – Isso era 86?

M.C. – 86, é. O Lula quis que eu fosse candidata a governadora, a Erundina quis que eu fosse a candidata a prefeita, sucessora dela. Não. Porque não é o meu mundo. Eu acho, eu sempre achei que eu sou útil para o PT naquilo que eu sei fazer, que é escrever, argumentar, polemizar, discutir, fazer propostas conceituais, reflexões. Nisso eu acho que eu dou uma contribuição. Que eu não daria com uma posição institucional. Além disso, quando eu fiz a experiência da Secretaria de Cultura, ela foi... Quando me perguntam: Marilena, você tem uma imagem assim do que seria o inferno? Digo: Tenho. A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo! [risos]

M.M. – Como é que foi o seu envolvimento na campanha da Erundina?

M.C. – Não. Na verdade, em todas as campanhas eu me envolvi muito. Houve aquela, por exemplo, a do Suplicy, em que Marco Aurélio e eu éramos o comitê de campanha. Quase enlouqueci. Vocês podem imaginar.

A. F. – Suplicy para federal?

M.C. – Para prefeito, para governador...

M.M. – Haja... [ri]

M.C. – (*Sussurra alguma coisa*). Bom. No caso da Erundina, eu participei mais para o final, porque o Michael fez uma análise das pesquisas e disse: “olha, ela está perdendo junto às mulheres da classe média. Precisa ter uma entrada aí.” Aí eu fui lá no comitê de campanha, conversei com Amir Khalir e disse: “olha, meu marido fez uma análise das pesquisas e ele sentiu que a Erundina não alcança as mulheres de classe média, então eu vim me pôr à disposição da campanha para o que precisar; posso ir no rádio, em televisão, no jornal, comício, onde achar que é necessário, eu vou.” E eu fui. Fiz várias aparições e tudo. Agora eu não tinha a menor ideia de que ela pudesse fazer essa escolha, de me chamar para a Secretaria de Cultura. E quando ela me chamou, eu fui conversar com ela e eu disse: “Erundina, eu não posso, eu não devo e eu não quero. Eu não posso porque eu tenho...por causa das minhas outras atividades, a minha vida acadêmica, meus compromissos. Eu não devo porque eu sou completamente incompetente, eu não vou dar conta desse recado. Vai ser um desastre. E eu não quero porque eu sei que é uma posição na qual você tem que abrir mão de muitos princípios e eu tenho dificuldade em fazer isso. Bom. Ela me mostrou que...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. – Tão envolvida no seu relato. Nada como entrevista de professor. [risos] Vai tudo assim... naquele fluxo.

M.C. – Então. Mas vocês podem avaliar o quanto ela persuasiva, porque ela provou para mim que...

A. F. –Você já tinha proximidade com ela antes?

M.C. – Não. Eu tinha uma grande admiração, um respeito muito grande. Uma grande admiração. Mas, próxima não, nunca tinha sido. E aí ela disse que eu podia, que eu devia e que eu queria. [risos] Mas antes de falar da Secretaria, eu gostaria de relatar um pouco a experiência inicial no PT. Por exemplo. Logo depois, quando eu cheguei, que o partido estava criado e tudo, o Weffort disse o seguinte: “Os sindicalistas têm uma clareza muito grande com relação às ações próprias deles. Mas como eles abominam o universo da política, eles acham que não estão fazendo política, eles se recusam a fazer discussões políticas. Mas nós temos que formar quadros nesse partido. O partido precisa de quadros. Se ele não tiver quadros, nós vamos ver, a velha esquerda vem e se apropria de tudo. Então, nós vamos fazer um curso, o primeiro curso de quadros. Eu vou dar aula, você vai dar aula, todos vamos dar

aula. Paulo Singer vai dar aula, Antonio Candido vai dar aula.” E foi nesse lugar, que eu não sei se já é Cajamar. Era lá. É disso que eu tenho os primeiros cadernos. Os primeiros cadernos são as falas dos sindicalistas nesse curso. E a minha aula era sobre a ideologia e os meios de comunicação. E eu me lembro, falei algumas coisas e tudo, depois eu comecei a falar de como funcionava a Globo. E eu lembro do Djalma. O Djalma levantou e disse: “Ih!... Mas, se é assim, eu nunca mais vou ver a Rede Globo.” E eu disse: “Não, Djalma, agora é que você tem que ver. Se você percebe que é assim, agora você tem que ver a Rede Globo.” Mas era um curso sobre assuntos variados e de formação de quadros. Eu participei disso. Depois, nós tínhamos o nosso núcleo aqui, do Ibirapuera. Era liderado pelo Eder, Eder Sader, e pelo (Haitan). E alguém cedeu para nós uma sala ali na Vieira de Moraes e era lá que nós nos reuníamos para discutir o que se passava no partido, fazer propostas enfim. E eu frequentava muito o diretório, que era ao mesmo tempo municipal, regional, nacional, que era ali na rua Santo Amaro. Depois eu fui membro do diretório municipal. E depois eu fui membro do diretório regional. Então, na fase inicial, até 85, 86, eu participei ativamente da organização do PT.

A. F. – O PT local.

M.C. – É. A formação dos núcleos, a organização dos diretórios, os primeiros encontros municipais, regionais, nacionais. E num... agora eu não vou me lembrar a data. Marco Aurélio vai lembrar. Ou nos meus cadernos vai estar a data. Houve um encontro nacional. E o Eder e Marco Aurélio vieram conversar comigo e disseram o seguinte: “A gente acha que está ficando tudo muito disperso. As pessoas estão muito dispersas, com divisões bobas, inconsistentes, e isso pode dar margem a que a direção do partido seja agarrada por um grupo, que pode ter uma ação devastadora, autoritária, burocrática. Nós temos que articular. Vamos articular toda essa gente que está dispersa, vamos nos organizar.” E aí veio (), veio não sei mais quem, não sei mais quem, e as pessoas diziam: o que vocês estão fazendo? Ah, nós estamos nos articulando. Nós estamos articulando aqui e tal. E nós fomos ficando conhecidos como o grupo da articulação; que visava impedir a hegemonia de determinadas figuras dentro do partido, que a gente considerava que elas tinham uma história complicada...

M.M. – E certas tendências que eram organizadas, não é.

M.C. – Bom. Eis que, fazemos a articulação, criamos lá, todo mundo assina, precisava de um certo número de nomes para poder ter uma tendência e tal, e os caras... eles não brincam em serviço; eles viram que a articulação, porque ela englobava gente muito heterogênea e muito independente, ela poderia, efetivamente, ser uma força dirigente dentro do partido, então eles entraram também. Então, nós fizemos uma tendência para impedir aquela tendência de dominar, e veio e dominou. O resultado foi que vários de nós dissemos não, não dá; nós vamos sair. Nós vamos sair porque nós somos contra a burocracia, nós somos contra o leninismo, nós somos contra o vanguardismo, nós somos pela autonomia. Nós somos pela autonomia. Então nós formamos... Dissemos: como nós somos pela autonomia, nós não vamos ser uma tendência, porque uma tendência não é autônomo. Nós não vamos ser uma tendência. Nós vamos ser um grupo de pessoas, de militantes autônomos. Aí nós viramos, chamado pelos outros, a tendência autonomista. [risos]

A. F. – Foi o momento da criação da *Desvio*.

M.C. – Foi o momento da *Desvio*. O momento da criação da *Desvio*. Que foi um momento glorioso também porque... o que nós nos divertimos, o que nós nos divertimos... Porque a nossa ideia era: tudo que nós pudermos fazer para atrapalhar qualquer tentativa de enrijecimento, de burocratização, de verticalização do partido nós faremos. E a nossa função era essa, era impedir isso, atrapalhar e criar caso. A começar pelo nome, pela nome da revista, a revista chamar *Desvio*. Mas o hábito de que as pessoas se reuniam sob a forma de tendência se tornou uma coisa tão incrustada dentro do PT, que as pessoas não se davam conta de que era uma contradição chamarem de tendência autonomista.

A. F. – Eu lia a *Desvio* em São Leopoldo. E aí eu fui convidado como representante da tendência autonomista. [risos] Eu tinha ido num encontro do pessoal da () com a Maria Célia, e já tinha virado representante local da tendência, que não tinha, na verdade, era uma coisa... Mas a *Desvio* também tinha essa importância de... A autonomia, como um termo até mais descritivo, já estava presente desde a origem do PT. Ela não tinha... até porque o que circulava em termos teóricos era muito marxismo vulgarizado, digamos assim, não tinha essa densidade teórica. E vocês trazem essa alternativa com a *Desvio*.

M.C. – É. E que eu acho que foi muito importante dentro do PT. Eu acho.

M.M. – Quem eram as figuras chave que estavam nessa?...

M.C. – Eram: Eder Sader, Marco Aurélio, Pedro Jacob, Marcos Nobre, Maria Célia Paoli, eu...

A. F. – A Beth.

M.C. – A Beth (Lobo)... Do grupo de São Paulo, que eu me lembro, éramos nove. Porque nós é que organizávamos a *Desvio*. É. Éramos nove.

M.M. – Como era essa discussão com os sindicalistas?

M.C. – Ah! Aí era quando tinha reunião do diretório, quando tinha reunião nos núcleos, quando tinha os encontros ou quando a gente ia à CUT, a gente levava essas ideias, discutia as ideias...

M.M. – E eles recebiam bem?

M.C. – Recebiam muito bem. Nós sempre tivemos uma excelente relação com os sindicalistas; sobretudo por que os sindicalistas se sentiam reconhecidos como os grandes sujeitos políticos da história. Eles eram reconhecidos por nós assim.

M.M. – Eles não estavam lá para serem manipulados por vocês.

M.C. – É. Então a relação sempre foi muito boa.

A. F. – Não era um grupo que vinha disputar.

M.C. – É.

A. F. – Em relação aos autonomistas. Você falou da eleição, do convite da Erundina. Voltando um pouco. A convenção para a escolha da candidatura do PT em 88, Plínio de um lado, Erundina do outro, foi um momento de grande (), inclusive dentro do coletivo do grupo da *Desvio*, que já marcou visões diferentes. Aquele negócio sobre os conselhos populares. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso.

M.C. – Bom. Porque o grupo, no final, ficou entre a cruz e a caldeirinha, na verdade. A maioria optou pelo Plínio, por achar que Plínio tinha uma visão e uma experiência muito mais consistente do que a da Erundina e por causa dos grupos que apoiavam Erundina. Erundina era apoiada pela esquerda radical. Eu, entretanto, apoiei Erundina porque Erundina significava para mim tudo aquilo que eu defendi dentro do PT como a expressão dos movimentos sociais, então... Ela era e ela é, para mim, uma trabalhadora que é a expressão

da organização dos trabalhadores. Então nós nos dividimos, por isso. E há uma coisa que é interessante. Isso não sou eu que lembro, quem lembra é Michael. O Plínio, ultimamente, levava grandes batalhas em torno da necessidade de prévias e a importância de prévias. Ele não quis a prévia com a Erundina. Ele se considerava o escolhido legítimo da maioria e ele foi contra a prévia. A prévia foi feita contra a vontade da Articulação e contra a vontade dele. E foi por isso que, quando a Erundina ganhou a prévia, se anunciou, efetivamente, um racha dentro do partido. E ela fez a campanha, praticamente, sozinha.

M.M. – É. Foi uma campanha muito difícil.

M.C. – Nossa Senhora! Dificílima. Solitária, sem recursos. E, quando ela tomou posse, houve um primeiro momento em que a Articulação tentou se apoderar da prefeitura. E ela foi fortíssima, enérgica, impediu que isso acontecesse. E eu, na época, eu era tão tonta, tão tonta! Eu me lembro que houve uma reunião em que... Depois que os secretários foram escolhidos, era a hora da escolha dessa maldição que eram os administradores regionais. E era uma briga de foice, porque, através das administrações regionais, efetivamente, você tem o controle local, você tem o poder local. Eu não pensei dessa maneira, não tinha um raciocínio político em torno do que significava administração regional.

M.M. – (Facilidade local).

M.C. – E porque eu não tinha ideia do que é que era uma administração regional. Eu fui saber disso quatro anos depois. Na época, eu não tinha ideia do que era. Para mim era um cargo. E estava uma briga de foice, toda velada. Era uma briga de foice pelas administrações regionais, mas era uma coisa muito velada. E aí eu pedi a palavra. Pedi a palavra, fui lá na frente, peguei o microfone... Meu Deus. Imagine se eu faria isso hoje em dia. [ri] A tontice do ingênuo, não é. Eu peguei o microfone e disse: “Eu estou escandalizada! Eu considero que eu faço parte de um partido político socialista democrático que quer o melhor para a classe trabalhadora, que quer o melhor para a massa desorganizada, que veio por isso, por isso, por isso; e agora eu vejo um bando de gente brigando por cargo, por ambição pessoal. Eu não admito uma coisa dessa! Fulano, fulano, fulano, vocês estão brigando aí por ambição pessoal, por orgulho pessoal. O que é que é isso?! Vocês não são petistas.” Foi um silêncio. [risos] Aí foi silêncio... de túmulo. E alguns, até hoje, não falam comigo. Com razão, não é. Se sentiram completamente insultados. E eu insultei mesmo. Porque eu estava tão escandalizada com o que eu estava vendo...

M.M. – Mas eu acho que a administração da Erundina, ela foi a prova de fogo para o PT.

M.C. – Ah, foi. Nossa. Foi.

M.M. – Porque é a primeira grande prefeitura, a primeira grande ação do PT no governo. E que deu os conflitos que deu.

M.C. – Nossa! Eu me lembro, quando virou o primeiro ano do mandato...

M.M. – Como é que foi esse conflito interno? Isso que você está anunciando, esse primeiro momento, como é que foi?

M.C. – Ele aparecia como um conflito... Inicialmente, ele aparecia assim: quem tem direito a participar do governo? Os que apoiaram a candidatura dela, os que fizeram ela vencer a prévia, os que trabalharam na campanha. Os outros estão fora. Bom. A Articulação, por seu turno, dizia: quem é que tem direito de participar do governo? Aqueles que têm a hegemonia no partido, porque o governo é do partido. O governo não é da Luiza Erundina, o governo é do partido, e portanto, os que dirigem o partido têm que estar no governo. Então apareceu sempre como a luta entre, sobretudo, a DS e a Articulação. Se configurava dessa maneira. Agora como é que isso se traduzia? Isso não se traduzia nessa elevada linguagem política. [risos] Isso se traduzia na disputa, cotidiana, não só pelos cargos, mas pelas verbas, pelas posições, pelos apoios, pelas críticas. Era uma coisa cotidiana. Quotidiana. Não cessou. Tanto que Luiza criou o que ela chamou de um conselho político, que juntava alguns secretários mais próximos dela e a direção do partido. Porque ela dizia: “Qual é a maneira que eu tenho de assegurar que a direção do partido possa participar do governo, sem que eu tenha que colocá-los nos cargos chave?” Colocando num conselho político. Mas mesmo assim, alguns dos cargos chave...

M.M. – Ela teve que entregar.

M.C. – Teve que entregar. E no primeiro ano, quando terminou o primeiro ano, a direção municipal fez a avaliação do governo. E nós fomos chamados no diretório para ouvir a avaliação. [espanto]

M.M. – Um horror.

M.C. – Vocês não imaginam o que eles fizeram e apuraram. E quando chegou a vez da educação, o Paulo Freire se levantou e disse: “Eu trabalhei no mundo inteiro. O meu trabalho foi reconhecido no mundo inteiro. Eu não me submeto ao que está sendo dito aqui.” E foi embora. Ele ficou mais um pouco, e depois ele pediu demissão. Disse que ele não estava lá para ouvir aquelas coisas. E eles fizeram isso área por área. Foram poupados: eu, porque acho que eles imaginaram que, se eles falassem qualquer coisa, eu ia falar mais do que Paulo Freire, então eles me pouparam, pouparam... acho que pouparam o Hélio Bicudo... Eles pouparam uns três ou quatro secretários. E o resto... Mas foi... foi... mas uma coisa destrutiva. Destrutiva. Nem a extrema direita fazia uma crítica igual a que eles fizeram. Foi uma coisa sinistra. Sinistra. Mas... Erundina é uma fortaleza, não é. Ela não se abateu, não se abalou.

A. F. – Houve também, eu acho, uma quebra de expectativas sobre a possibilidade de implantação imediata desses mecanismos de participação popular.

M.C. – Ah, sem dúvida. Sem dúvida. Sobretudo pelo seguinte. Olívio estava conseguindo fazer isso. Porque Porto Alegre é, praticamente, um bairro de São Paulo. Então, eu me lembro de ter lido e visto a repercussão das atividades culturais. Eu, aqui, fazia coisas que eram, em termos de volume, eram dez, vinte, às vezes cinquenta vezes maior...

M.M. – Mas o impacto era menor.

M.C. – O impacto era mínimo. Então, tudo aqui era muito difícil e muito penoso. Então o fato de que você tinha lá a prefeitura do Olívio conseguindo ser uma presença marcante na cidade e a da Erundina não... Isso foi muito duro. Agora... é uma coisa interessante. No último ano do governo, várias coisas se implantaram, de organização e participação popular; e os casos mais interessantes, eu acho, o caso mais interessante foi a mudança no conteúdo e na forma da discussão do orçamento, quando nós tivemos as assembleias do orçamento participativo. Como tinha sido a nossa experiência nos três primeiros anos? Nos três primeiros anos você tinha a população numa briga de foice pelos recursos; e os secretários, em função das pressões dos movimento e tudo, também, num briga de foice pelos recursos. O que é que foi sendo, pouco a pouco, mostrado para a população? Que você pode otimizar os poucos recursos se você tiver as ações articuladas. Se elas se articularem, você não precisa dividir os recursos, você pode juntar os recursos; e uma ação realizada por várias secretarias maximiza isso. No quarto ano, na discussão do orçamento, era isso que a população

propunha, em todas as áreas. No caso da cultura, por exemplo, nos três primeiros anos, eles queriam construção de centros culturais em toda parte. Eles queriam a obra, a obra fisicamente colocada. E a gente explicava para eles que a quantidade de recursos seria enorme; depois, teria que equipar, depois teria que fazer concurso e contratar funcionários; que a ação cultural poderia se realizar nos múltiplos espaços públicos existentes, sem precisar gastar com obra, que o recurso podia ir para a ação cultural como tal. E no quarto ano foi isso, todas as demandas, todas as propostas eram de ação cultural. Então, frutificou. Teria sido necessário mais um mandato.

A. F. – E a avaliação do governo melhorava mas a linha da campanha já tinha sido decidida, totalmente descolada disso.

M.C. – Totalmente. E foi por isso que Maluf ganhou. Maluf ganhou, justamente, porque... Se você tivesse feito o que se fez no segundo turno do Lula, mostra o que o governo é, a gente teria elegido o sucessor. Foi porque se recusou, houve um silêncio total sobre tudo que nós fizemos.

M.M. – O PT retirou totalmente qualquer apoio.

M.C. – É, é. Foi.

A. F. – Não. A campanha do Suplicy foi uma campanha no candidato.

M.C. – É, no candidato.

M.M. – Pois é. Mas não se fez nenhuma valorização do que havia sido feito o governo da Erundina.

M.C. – É. Exatamente. E é incrível, porque...

M.M. – E isso pesou muito negativamente na campanha do Suplicy.

A. F. – Não, o que eu digo é que, nesse caso, foi mais o candidato do que o partido. No final, por exemplo, foi muito fechado no comitê. Eu lembro do pessoal contar aqui, o publicitário chegou com as peças quase prontas. Não tinha pedido para ninguém dentro do partido.

M.C. – É. Nada. Agora três anos depois, uma empresa que faz essas sondagens de opinião, eu não me lembro que empresa foi, fez uma pesquisa, perguntando para a população o que é que ela mais havia valorizado e do que ela mais se lembrava no governo da Erundina.

E foi, na seguinte ordem: saúde, cultura, educação e transporte. Então, ficou na memória da cidade o que foi feito. E se ficou na memória da cidade, imagine na época, o quanto isso teria levantado uma candidatura do PT.

M.M. – Se tivessem feito uma campanha para valorizar.

A. F. – Você já falou que a Secretaria era um inferno. [ri] Quais eram as maiores dificuldades e quais, você acha, foram as maiores realizações da Secretaria.

M.C. – Eu passei esses anos todos sem disposição de falar dessa experiência. Agora, no ano passado, eu publiquei, lá pela editora da Perseu Abramo, entre outras coisas, um breve relato dessa experiência. Eu diria que as maiores dificuldades foram, primeiro, a inexperiência, a inexperiência minha e das pessoas que foram trabalhar comigo.

M.M. – De tocar a máquina pública.

M.C. – É. Sendo que eu considerei que deveriam fazer parte da minha equipe as pessoas que tinham trabalhado na campanha da Erundina e tinham proposto coisas na área de cultura, e que não eram pessoas que eu conhecia; então, uma boa parte da equipe que trabalhava comigo era de pessoas desconhecidas para mim. Então, também teve todo um trabalho de adaptação e de compreensão da própria equipe. O segundo problema foi a dificuldade, uma parte da equipe, dos funcionários da Secretaria e dos movimentos culturais, que eram poucos na época, de compreender uma proposta de política cultural. Os funcionários estavam acostumados com a rotina e os movimentos estavam acostumados com o balcão: vem, pede e você concede. A ideia de que você pudesse desenvolver uma política de cultura era quase incompreensível. E como eu propus a ideia da cultura como um direito, e portanto a ideia de uma cidadania cultural, e que passava por uma reformulação da própria ideia de cultura, nós tínhamos uma barreira burocrática e jurídica, que era a seguinte. A lei definia como cultura a prática das sete artes liberais. E mais nada. Então, tudo que você quisesse fazer que não fosse dança, música, teatro, cinema, escultura, pintura, etc. estava fora, porque não é cultura, a lei não permite. Então, um trabalho que teve que ser feito foi da prefeitura fazer um decreto redefinindo cultura, para ser aprovado pela Câmara, para que a gente pudesse implantar uma política cultural. A outra coisa foi a maneira como nós encontramos, aí, a prefeitura inteira, e no caso da cultura, mais ainda, completamente destroçada, fisicamente destroçada. Recuperar o patrimônio da Secretaria levou quatro anos.

Aliás, levou mais do que isso. Então, nós tínhamos, ao mesmo tempo, que implantar uma política nova e recuperar *tudo* que estava lá, que ia da goteira na biblioteca, da falta de eletricidade num teatro, da parede caindo no Centro Cultural, das casas históricas, praticamente, no chão, enfim... Então tinha todo esse esforço gigantesco – e invisível – de recuperação do patrimônio físico da Secretaria. A outra dificuldade era a relação com a máquina como tal. Porque a máquina, como ela é uma burocracia, ela não é uma forma de organização da ação, ela é uma forma de poder. Ela opera pelo segredo, pela hierarquia e pela rotina. Então a estrutura estatal impede o exercício da democracia. Você não pode realizar uma ação estatal democrática no interior do próprio Estado porque ele está organizado de maneira a impedir os traços da democracia. Quer dizer, a democracia opera com a informação, a burocracia, com segredo. Ela opera com a igualdade, a burocracia opera com a hierarquia. Ela opera com a criação de direitos, ela opera com a rotina. Então você é travado no cotidiano da sua ação. E fazendo acontecer coisas incríveis, em que você tem um projeto de ação, que é discutido, e quando ele se realiza lá na ponta, você não o reconhece. O que se realiza lá não é aquilo que foi projetado no início, porque, ao atravessar a máquina burocrática, ele vai sendo deformado. Depois a falta de compromisso e de empenho com o mundo da cultura. O estado em que encontramos as bibliotecas. A compra de livros, a reestruturação das bibliotecas, tudo foi obra do Michael. A reorganização da estrutura das bibliotecas, a informatização, a atualização... enfim, transformar, biblioteca por biblioteca. Nós encontramos bibliotecas que não tinham o acervo atualizados desde os anos 60. E que as bibliotecárias realizavam, nas bibliotecas, cursos de chocolate, crochê, tricô, tudo que não se relacionasse com o mundo do livro. Havia uma coisa muito interessante, em que vários dos escritórios das bibliotecárias ficavam de costas para as estantes, elas ficavam de costas para as estantes. Então, a ideia de que há uma política do livro teve que ser implantada.

Michael – Não, mas o dado mais incrível é: no ano passado, o novo diretor da Mário de Andrade, um cara simpático... Isso é uma vitória do Marco Aurélio, de mudar a burocracia, em que o diretor não é mais um bibliotecário. Mas o diretor do (Serpa) me mostrou os quatro mil livros que ele encontrou, que Marilena conseguiu negociar com a Fapesp em 92, de língua inglesa. Porque, quando fizemos a compra, eu estava com escrúpulos de gastar muito dinheiro de coisas de pesquisa em língua estrangeira que não seja espanhol, e fizemos no fim, e houve um programa da Fapesp, Marilena conseguiu persuadir Perez porque, embora a Mário de Andrade não seja um departamento universitário, é uma instituição de pesquisa. E

ele permitiu a biblioteca entrar com o pedido. Foi aprovado. Os livros chegaram no fim do mandato. Quatorze anos depois as oprimidas bibliotecárias não tinham conseguido catalogar esses livros. E ninguém comprou muito livro nesses quatorze anos. Pitta e Maluf, zero. Eu vi, Marco Aurélio ainda conseguiu muita coisa. E estavam lá, pacientemente envelhecendo, porque não tinha ninguém criando esse... Fantástico, não?

M.C. – E assim era com tudo. Com as escolas de arte, com a Sinfônica, com o balé, o funcionamento do Teatro Municipal. Olha...

A. F. –E mesmo instituições como o Municipal e tal, você também tem uma confrontação com a elite dona da alta cultura.

M.C. – Sim. Bom. Aí depois... Quero contar um pouco da Câmara. E depois, a elite. A outra dificuldade era a relação com a Câmara Municipal. A primeira dificuldade veio de uma bobagem da minha parte; eu poderia perfeitamente ter levado isso de uma maneira adequada e não ter uma relação hostil com vários vereadores. E que foi a seguinte. Um vereador chamado Bruno Feder queria que a Secretaria fizesse um concurso municipal para a criação do hino da cidade. E eu...

A. F. –É o autor daquele projeto de deportação de migrantes nordestinos, não é?

M.C. – Exatamente. Exatamente. Eu disse não. Um outro projeto, eu não me lembro o vereador que propôs. Foi aprovado pela Câmara e trazido para a Secretaria de Cultura implantar, e eu recusei, era a comemoração, num determinado dia, do dia do arbusto. O dia do arbusto, gente! Bom. Depois...

A. F. –É. Porque o da árvore já existe. [ri]

M.C. – O Paulo Plane Buarque me chamou no Tribunal de Contas do município, porque ele não estava entendendo a compra de livros, esses oito milhões de dólares em livros, porque havia muito livro estrangeiro, e ele queria saber por que eu não tinha comprado similar nacional. Aí eu disse para ele. Na hora que a gente tiver um Joyce, um Proust, Platão, Aristóteles, tudo em brasileiro, a gente compra. Mas por enquanto não tem, o similar nacional. Bom. Um outro vereador, que estava disposto a apoiar a Secretaria, mas ele queria muito que a sobrinha dele pudesse frequentar a escola de bailado, porque a menina tinha umas pernas lindas. [risos] Em 1991, o Teatro Municipal comemorava oitenta anos. E coincidia com o centenário do Mozart. Então nós fizemos um orçamento grande para o

Teatro Municipal, diferente dos outros anos. E eu tive que ir lá na Câmara explicar. Então o Tuminha perguntou para mim: “Secretária. Por que esse orçamento?” Eu disse: “Olha, é comemoração dos oitenta anos do Teatro e é o ano Mozart.” Ele disse: “Vicente Mateo sabe?” [risos] Ai eu falei: “Como?” “A senhora quer dedicar o ano ao Mozart e o Corinthians quer comprar o Mozart.” [risos]

M.M. – Está brincando. [ri]

M.C. – *Isto* é a Câmara Municipal de São Paulo na sua relação com a cultura. Não. Vocês não podem imaginar. Vocês não podem imaginar o que é. Bom. Depois tinha os movimentos rebeldes. Havia um movimento, uma tendência, dentro do movimento negro, que era contrária á política que nós realizávamos. Então, uma vez por mês, eles vinham, com uns bumbos deste tamanho, corneta, tudo, tudo quanto é instrumento bem barulhento, subiam pela Secretaria, tocando, e ficavam no meu gabinete tocando, *horas*, para protestar. Depois que eles faziam isso, eu ia lá, conversava com eles, a gente se entendia, eles iam embora. Mês que vem... Então vai desde essa coisa folclórica, do horror que é a Câmara, do modo de funcionamento da máquina à falta de orçamento, porque Erundina governou só com os impostos da cidade, ela não teve um empréstimo, nem federal nem internacional; e ela encontrou a prefeitura quebrada. A outra dificuldade grande que tive, essa inclui o governo, o partido, uma parte dos movimentos artísticos, que é compreender o que é cultura. Porque o partido, uma boa parte do governo, uma boa parte do chamado movimentos culturais identificam mesmo a cultura com as sete artes mas não só com isso, identificam a cultura com o espetáculo. Ela é o espetáculo, ela é o show, ela é a pluma e a lantejoula; e ela é algo instrumental, ela é um instrumento de propaganda... Então, o fato de que a Secretaria não funcionasse dessa maneira foi fonte de muito atrito, e sobretudo com os administradores regionais, que queriam acontecimentos culturais.

M.M. – Os eventos.

M.C. – É, os eventos. No último ano, eu cedi, eu disse: vamos fazer um monte de evento. Faz, faz, faz um monte de eventos. Porque nós temos garantido já as coisas fundamentais dessa política, agora vamos fazer os eventos. Então... Bom. E aí tem o Teatro Municipal. O Teatro Municipal sempre foi a *châsse gardée* da burguesia paulista. Bom. Logo que eu tomei posse, além do Teatro Municipal, por lei, o secretário de Cultura participa da Fundação Anchieta, portanto da TV Cultura, e da Fundação Bienal. E a Fundação Bienal,

exatamente como o Teatro Municipal, é *châsse gardée* da burguesia paulista. E havia uma senhora que, por razões pessoais, era a guardiã da Bienal de artes e o bom nome do Teatro Municipal. Então, como preparativo da Bienal que ia acontecer e como forma de travar conhecimento com a nova secretária e tal, ela fez um jantar e me convidou. E eu tenho certeza que ela esperava que eu fosse de poncho, conga e a gaita boliviana. [risos] Tenho certeza que ela esperava isso. E eu cheguei, e ela começou a me apresentar para personalidades internacionais que estavam lá, e traduzia para mim; traduzia do espanhol, traduzia do francês, do inglês...

M.M. – Mas ela era muito ignorante. Não sabia quem você era?

M.C. – Não fazia ideia. Era PT. Bom. Eu deixei. Deixei. Depois, o jantar começou e, obviamente, a conversa correu; e de repente ela percebeu que ela tinha, realmente, errado a chave na fechadura. [ri] E aí ela tentou consertar. E a emenda ficou pior do que o soneto. Porque ela achou que eu tinha calibre para ser integrada ao mundo da elite, então... rapapés, convites... Eu não ia a coisa nenhuma. Mas o primeiro instante foi, ela planejou uma cena de humilhação. Como isso reverteu, ela quis...

M.M. – Incorporar.

M.C. – Me incorporar. Bom. A burguesia paulista funcionou dessa maneira durante quatro anos. A não ser os momentos claros de atrito. Como foi o caso da condessa Lovatelli, do Mozarteum. Acho que foi a condessa o maior atrito, não, Michael?

Michael – O Antonio Ermírio atacando Emílio e as fábulas que vocês estavam gastando com ticket restaurante. Vai ter bailarinos muito gordos. Porque ele não sabia ler o orçamento, o Teatro Municipal englobava milhares de funcionários, mas ele achava que eram os bailarinos que estava consumindo; e isso deu colunas na *Folha*. [risos]

M.M. – Mas o caso da condessa.

M.C. – A condessa é o seguinte. Ela queria reservar as datas de apresentação do Mozarteum, porque ela tem o Mozarteum mas não tem o teatro, e ela queria que fosse no Teatro Municipal. Então o diretor do teatro disse: “A senhora tem que se adequar ao nosso calendário. A senhora vai entrar nas brechas do calendário do teatro.” Ela disse que não. Ela tinha o calendário próprio dela, o calendário do Mozarteum, distribuído no país e para a melhores famílias, e o Emílio tinha que mudar a agenda do Teatro Municipal para que ela

pudesse entrar. Bom. Nós nos recusamos a fazer isso. Ela foi para a imprensa. E atacou o Teatro Municipal, me atacou...

Michael – PT odeia a cultura.

M.C. – É. O tema era esse. PT odeia a cultura porque o PT não entende de cultura; e a prova era a secretária que está aí. Nós tivemos mais um atrito.

Michael – Mas a sua resposta...

M.C. – Não me lembro mais.

Michael – Mas a sua resposta foi ótima. Tinha alguma coisa sobre Mozart teria gostado de todo esse imbróglio, porque passava tanto tempo caçoando das pretensões da aristocracia. E de onde ela é condessa, aliás? Porque Lovatelli, Itália é uma república faz oitenta anos. Não sei exatamente.

M.C. – Foi isso mesmo. Agora que eu me lembro. Eu disse que o Mozart ia ficar muito contente com... muito divertido com a polêmica porque ele tinha passava a vida zombando da aristocracia. E que a aristocracia estava provando que Mozart tinha razão. [ri] E houve outras mais. Mas eu não lembro, não me lembro.

M.M. – Bom. Tudo bem. Acho que você já deu um quadro bastante claro desse confronto.

A. F. –E você falou que, ao final, dava para perceber uma compreensão maior com relação a essa proposta.

M.C. – Sem dúvida. Em todas as áreas isso foi nítido. E a discussão do orçamento mostrou essa compreensão. Se você tomar os noticiários, os próprios jornais foram capazes de compreender. E no caso da cultura foi de uma nitidez, tanto a ampliação do conceito quanto a importância da ação cultural; e a ideia de que a cultura é um direito e que não só o direito de ter acesso aos bens culturais, ela é o direito de produzir cultura; e o sentido antropológico amplo da cultura: a culinária, o vestuário...

M.M. – Eu acho que essa discussão, inclusive, ela acabou se desdobrando também para outros estados.

M.C. – Ah, sim. A ideia de cidadania cultural se tornou nacional. Eu sei de muitas secretarias, não petista inclusive, que adotaram a ideia da cidadania cultural. Sei de

universidades cujas pró-reitorias de cultura passaram a trabalhar com noção de cidadania cultural. A ideia frutificou. Frutificou.

A. F. – Na verdade, no próprio PT, tinha um histórico anterior, porque tinha aquele debate na Fundação (Wilson Pinheiro), não é. Tinha uns cadernos que saíram, inclusive, sobre esse tema. Já tinha oportunidade de criar um espaço para essa compreensão.

M.C. – Exatamente. É.

A. F. – Bom. De todo modo, após esses quatro anos, você voltou a sua posição original. Não ocupou outro cargo executivo.

M.C. – É. É. Não. Foi muito engraçado, porque... primeiro, porque a Erundina queria, efetivamente, que eu fosse a candidata sucessora dela; segundo, porque ninguém acreditava que eu voltaria para a universidade. E na verdade, Paul voltou, Ermínia voltou, eu voltei, vários de nós voltamos. Porque, de um modo geral, a trajetória dos intelectuais é essa, eles vão para a política e ficam na política, não voltam. E... Não, não, não. O meu lugar é na universidade mesmo. Eu sou professora. Sou professora e gosto de escrever. Então... A administração pública é um sacrifício para mim. E os cargos parlamentares não me atraem.

M.M. – Depois disso, que outras...

M.C. – Ah!... Tem mais uma coisa que eu preciso contar, que é a questão da corrupção. Eu vou contar um, um, porque eu acho que ele é tão expressivo do restante. Logo que eu tomei posse, os relações públicas de várias grandes empresas e multinacionais cuja imagem está ligada a eventos artísticos foram à Secretaria, para propor parcerias, propor eventos, etc.. E eu conversava com eles e tal. E depois chegava um momento em que havia um silêncio. Eu mandava servir um café. A coisa não deslanchava, eles acabavam indo embora, e nada acontecia. Depois de eu ter essa experiência umas cinco, seis vezes, eu conversei com a moça que estava na ação dos voluntários e que era ligada aos empresários. E eu disse a ela: “Eu vou ter uma reunião com um pessoal de uma multinacional e eu gostaria que você viesse, porque todas as reuniões, elas transcorrem muito bem até um determinado ponto; depois, a conversa morre, é servido um café, o silêncio prossegue, as pessoas vão embora e nada acontece. Eu queria que você visse o que é que eu estou fazendo errado.” Bom. Tivemos a reunião. E aconteceu exatamente a mesma coisa. Quando as pessoas saíram, ela disse: “Mas é que você não entendeu. É a pausa da porcentagem. Os relações-públicas vão fazer o

orçamento do evento para a empresa. E ele vão embutir no orçamento uma porcentagem para eles. Mas eles só porão a porcentagem deles depois que você definir a sua. E portanto, enquanto você não disser quanto por cento você quer para você, eles não podem saber quantos por cento eles querem e quanto eles vão pôr no evento.” Portanto, é a pausa da corrupção. Resultado: não tive parceria nunca, com ninguém. É institucional. Você chegou, está tudo definido? Agora eu quero tantos por cento. E você quer os seus tantos por cento, você embute no orçamento. E estamos conversados. Agora você imagina nas áreas em que rola dinheiro para valer.

M.M. – E em escala nacional.

M.C. – E em escala nacional, como é que é.

M.M. – E cultura não tem dinheiro.

M.C. – Cultura não tem dinheiro para nada. É brincadeira. E no nível municipal, mais ainda. Imagine isso nas áreas em que, efetivamente, corre dinheiro. Então... Eu tenho sempre um pé atrás com as tais parcerias, sabe. Tenho, realmente, um pé atrás.

M.M. – É. É uma coisa difícil. Mas enfim. Depois da Secretaria de Cultura, você volta para a universidade, continua...

M.C. – E aí eu fiquei distante do partido. Eu fiquei distante do partido, primeiro, porque eu não aceito o modo como Erundina foi tratada. O modo como ela foi tratada como prefeita, depois, o modo como ela foi escantilhada, a recusa de darem uma legenda para ela, e ela acabar saindo do partido. Então...

M.M. – Uma coisa lamentável.

M.C. – Lamentável, não é. Além disso, no último ano do governo, houve o encontro nacional do PT aqui em São Paulo. E eu fui. Fazia muito tempo que eu não ia aos encontros. E eu fui. E foi uma experiência sinistra. Eu cheguei no final da primeira assembleia, antes da formação dos grupos de trabalho. E eu vi que havia uma pauta e que a pauta não tinha sido discutida, que ela seria discutida pelos grupos de trabalho, para ser discutida, em assembleia, no final. Então eu resolvi participar de um grupo de trabalho. Eu sabia que eu não era delegada, portanto sabia que eu não podia votar. Mas a minha lembrança é que a gente podia falar o que quisesse, sempre. Estou lá num grupo, começam a falar da prefeitura. Falaram

muita bobagem, havia gente que não era de São Paulo e tal. Então eu pedi a palavra. Aí a pessoa que estava coordenando os trabalhos disse: “A companheira é delegada?” Falei: “Não.” “Então a companheira não pode falar.” Falei: “Não. Eu não posso votar. Mas eu posso falar.” “Não. A companheira não pode falar.” Eu pensei: bom, entrei num grupo stalinista. Deixa eu sair. Vou em outro. Entrei noutra. Estavam discutindo não sei o quê, eu pedi a palavra. “A companheira é delegada?” “Não, não sou.” “Então a companheira não pode falar.” Eu disse: “Não. Eu não posso votar.” Resumo da ópera. Depois de eu percorrer dez grupos, em que a companheira não podia falar porque não era delegada, eu fui para o pátio, tinha um pátio interno, e comecei a gritar: Mataram o PT. Acabou. O PT acabou, foi morto. Assassinararam o PT. O que tem lá é uma burocracia stalinista autoritária, que não vale nada, que acabou com nosso partido. [gritando] E aí dois dirigentes – cujos nomes não vou dizer – me pegaram por baixo aqui do ombro, pelas axilas, e me arrastaram para fora. Eu fui posta para fora. Esta foi a minha última experiência com a instituição partidária. Eu participei, depois, na campanha do Lula, não muito; nessa segunda, e sobretudo no segundo turno, eu percorri o Brasil falando do governo, defendendo o governo. Quando houve toda a crise, o que eu pude fazer eu fiz. Defenderei esse governo até o fim, com todas as críticas que eu faço a ele; defendo esse partido porque eu acho que... Por isso que eu estou apostando demais nesse congresso. Eu falei para o Marco Aurélio, esse congresso pode, efetivamente, ser a refundação. Nós podemos voltar a ter um partido como tivemos. Mas este aí, este que está aí, ele é irreconhecível, sob todos os aspectos. Não é o partido que eu ajudei a fundar e a construir. É uma máquina, que funciona por outras razões; e que deixou a classe trabalhadora e mesmo os movimentos populares, os movimentos sociais para trás e cuida de si próprio. Eu acho que, por mais complicado que seja, foi sábio, da parte do Lula, ter distanciado o governo do partido. Porque esse partido é outro.

M.M. – É. Se ele não tivesse distanciado, ele não teria sido reeleito.

A. F. – Você falou da questão da crise. Apesar desse choque tão grande que você teve com essa desfiguração do partido...

M.M. – Esse episódio que você está contando...

M.C. – É (99.) *(Falam todos juntos, não dá para entender bem.)*

M.M. – Já tem muito tempo.

A. F. – Mas essa reação, foi o momento em que muita gente que tinha o mesmo olhar crítico saiu ou se afastou ou se encolheu, digamos assim. A sua reação foi justamente o contrário, quer dizer, de fazer uma reflexão crítica mas uma reflexão claramente favorável, não só ao governo, mas ao próprio partido no que ele tem de concepção original. E tem sido um momento bastante rico. Essa ideia mesmo, da refundação, é uma ideia que vem ganhando uma certa... Quer dizer, tem toda uma série de eventos, aqui, a própria Fundação chamou... Acho que isso...

M.M. – Marilena, vou fazer uma pergunta aqui. Pergunta de pessoas que sempre votaram no PT e que participaram da vida do PT, como eu, como você, como todos nós aqui. A opção de conquistar o poder, de entrar no jogo político, não era um pouco inevitável esse caminho que o PT acabou tomando, nessas conjunturas do final dos anos 90 e na virada para o século XXI?

M.C. – Eu acho que sim. Mas você sabe, a minha tendência é dizer o seguinte. Que era inevitável que ele crescesse e, ao crescer, se desfigurasse; que a dimensão político institucional tivesse um peso muito grande; e que ele tivesse que ter uma máquina enrijecida para poder enfrentar a luta partidária eu não tenho dúvida, uma vez que se optou por ir até lá. O que eu não acho é que isto implicava, necessariamente, a destruição de todo o restante, que é o coração pulsante do PT e a razão mesma dele existir. A minha ideia é que você não tem ou – ou. Você poderia ter as duas coisas. Sobretudo porque um partido amplo, democrático, reflexivo, combativo, ele próprio é capaz de compreender por que ele precisa de um setor dele rijo, autoritário, vertical, para enfrentar o mundo lá fora, não nos destruir aqui dentro. É isso que não ficou claro, sabe, de que a luta com o adversário externo não podia se transformar na morte dos companheiros lá dentro. Então, quando eu aposto na refundação, não é na ideia de um partido que vai abandonar a parte institucional, é que vai repensar, na relação...

M.M. – Estar no poder.

M.C. – Isso. E o seu papel social, histórico, que ele tem, de ser uma referência para as classes populares, uma referência quase sagrada. Pelo amor de Deus. Não pode fazer isso. Não pode.

M.M. – Mas é um imenso desafio.

M.C. – Ah, se é. Eu pedi para o Marco Aurélio para caprichar nesse congresso, que faça vários pré-encontros, eu quero ir lá falar, falar feito uma louca, discutir, ouvir. Quero ouvir muito as pessoas também. E aí, se não der... fecho o () também. [ri]

M.M. – O que é que você vai dizer, não é.

A. F. –Marilena, uma última coisa que me ocorre, que seria importante, é a tua participação, nesse momento político do governo Lula, no Conselho Federal de Educação. Nós já conversamos aqui informalmente. Mas eu acho que valeria a pena porque é uma outra posição em relação à política pública e nesse momento e... E eu acho que também expressa muito essa complexidade do que é o momento, em termos de possibilidades, em termos de realizações.

M.C. – Agora veja. Quando eu fui para o Conselho, eu fui no instante em que metade do Conselho se renovou, então encontramos doze pessoas do antigo Conselho e doze pessoas de um novo Conselho, proposto pelo novo governo e pelas entidades. A coisa foi complicadíssima porque, os que já estavam lá tinham os postos-chaves, eram os presidentes, os dirigentes de comissões, os que conheciam toda a máquina, os macetes, a relação com os lobistas, etc., e os recém-chegados, que estavam aprendendo a lidar com tudo isso. Bom. Além disso, estava perfeitamente consolidada e cristalizada a corrupção, não percebida como tal pelos conselheiros, e que era a quantidade de presentes, convites feitos a eles. Quando eu cheguei, tinha uma multidão, me explicaram que aquilo era o baronato da universidade pública, que estava lá para ver a minha posse. E depois eu fui levada a uma salinha, que seria a minha salinha. Não dava para abrir a porta. Empurrava a porta, a porta não abria direito. Um funcionário teve que me ajudar. Dos presentes que tinham lá dentro, dos empresários. Ia de terninho Versace a caneta de ouro, Veuve Clicquot, um *vauch*, para mim e para toda a minha família, num *resort* não sei onde. Vocês não podem imaginar o que tinha. Eu juntei tudo isso e levei na sala do Conselho, pus na mesa do presidente e disse: Olha, recebi isso aqui. Isso é propina e corrupção. Eu peço ao presidente que faça alguma coisa com isso aqui.” E foi um deus-nos-acuda, porque todo mundo tinha recebido tudo aquilo, sempre. Fazia parte do jogo. Então tem essa coisa, que está lá, incrustada. Depois, o trabalho dos lobistas. Os lobistas que funcionam... Eles fazem o lobby dos empresários com os deputados e senadores. E é a partir daí que eles vêm fazer pressão no Conselho. Bom. Além disso, havia, no Conselho, representantes das empresas privadas da educação, que estavam lá como

representantes das suas empresas. Então você tinha a privatização e a corrupção em funcionamento institucional, consolidado. Todo o trabalho que nós tivemos, os doze novos que entraram, foi de denunciar isto, impedir, quebrar, mudar regras. Eu, por exemplo, e alguns outros, eu ia ao Conselho com uma única função: fazer comício. Não pode! Por isso, por isso. Não deve! Por isso, por isso, por isso. [gritando] Era sempre... Eu ia lá para fazer um esparramo. Alguns iam também para fazer um esparramo. Agora, houve a renovação dos outros doze, então você tem um novo Conselho. Excelente. Excelente. Mas já no velho Conselho...

M.M. – Mas eles vão conseguir romper com isso? Porque vou te dizer uma coisa. No CPDOC, foi feito um projeto para criar um curso de graduação em História. Esse projeto entrou no MEC há um ano, e ele não consegue andar. Tem vinte e dois doutores... Bom, vocês conhecem a posição dos pesquisadores do CPDOC, da casa. Só que a Fundação não vai dar dinheiro, não tem lobby, está lá, na tramitação legal, é um projeto direito, correto, tem biblioteca, tem doutor, tem professor, tem tudo isso.

M.C. – Não. O Fernando, Fernando descobriu coisas incríveis dentro do MEC.

M.C. – E enquanto isso, eu tenho um ex-doutorando meu, que dá aula no interior de Minas, que já aprovou e reprovou uma graduação e em quatro meses. Aí você olha assim, você fica... Ele perguntou assim: “Mas Marieta, por que? Vocês não conseguem aprovar uma graduação em História, a Fundação Getúlio Vargas e o CPDOC?” É. A gente está há um ano nessa história. Aí... não pode, não cadastrou, o cadastro está errado... Enfim, é um negócio que você não... Sabe? É enlouquecedor. Você não sabe com quem você fala, você não sabe como é que você discute. Agora a gente conseguiu sair da SESU e ir para o INEP, que é quando vai ser a visitação. Mas... sabe lá quando essa visitação vem.

M.C. – É. E você vai ver que tristeza que é a visitação. Olha, o que é que se descobriu? Entre outras coisas, um conjunto de funcionários, em vários pontos, na SESU, no INEP, etc., que fazem a sua política, com os seus lobbies, então as coisas travam. Por exemplo. O Conselho já aprovou acho que uns quinhentos projetos. Não chegou na mão do ministro para homologação nem quinze. Não vai. Tem um lugar na SESU que prende os projetos. Então, eles já foram aprovados, eles só têm que receber homologação para serem publicados; eles não chegam lá. Tanto que agora, a solução que nós encontramos, o presidente do Conselho encontrou foi a seguinte. Todo mês é feita uma tabela dos processos que vieram, das

resoluções que foram tomadas, os que foram aprovados, os que não foram, e a data do envio à SESU. E isso é enviado para o ministro, para ele saber o que é que chegou lá e que não vai para ele. O caso do INEP...

M.M. – Porque a avaliação agora fica na mão do INEP. E é uma coisa nova.

M.C. – Do INEP. Infelizmente. Não. Era ele que fazia. O que é novo é o instrumento de avaliação; que os avaliadores não sabem usar. Por quê? O INEP criou um banco de avaliadores. Então, há um grupo de gente cuja profissão é ser avaliador. Eu só descobri isso porque eu pegava um processo, um curso de direito não sei onde, a comissão avaliadora...um curso de medicina... Depois do décimo, eu digo: “Escuta, tem sempre essa pessoa aqui e nas coisas mais variadas.” “Ah é. Faz parte do banco de avaliação.” Profissão: avaliar. Você imagina o que entra, não é. Bom. Mas se descobriu, por exemplo, nove centros universitários, entre os quais a FMU e uma do Sarney, no Maranhão, entraram com pedido para ser universidade. E fui a uma reunião e já dois conselheiros, do antigo time, já estavam com os processos prontos, já tinham ido visitar, tudo ótimo, ia transformar em universidade. Eu falei: Espera aí, que é isso? Imagina. E eu fui sorteada para a FMU. Eu falei: em cima do meu cadáver. Em cima do meu cadáver que a FMU vai virar universidade. Não vai. Bom. Aí, o que é que a gente descobre? A vice-diretora do INEP, encarregada do instrumento da avaliação e da avaliação, era a pró-reitora da FMU, que fez o projeto. Olha, é uma coisa, é uma... Então o Fernando está desmanchando tudo aquilo. E um jeito da coisa demorada chegar é, efetivamente, reclamar. Tem que reclamar. Tem que reclamar para o assessor do ministro, para o chefe do gabinete dele, para o secretário da SESU, tem que reclamar, porque são os funcionários que travam tudo isso. Agora o Conselho funcionava até pouco tempo, como eu disse, como um despachante de luxo. Estava lá para fazer o despacho das empresas. Isso mudou. E agora há todo um trabalho na linha de definir políticas educacionais, política universitária, formação de professores. Enfim, mudou, mudou o perfil do Conselho e o perfil do Conselho. Tanto que nós estamos propondo de que haja um decreto com a mudança das atribuições do Conselho e tudo. Agora... eu não tenho a intenção de ficar. Eu acho que não precisa de mim mais.

M.M. – Você acha que já conseguiu estabelecer...

M.C. – É. O que tinha para fazer e as gritarias que tinha eu fiz. É um conselho excelente. E eu sou perfeitamente dispensável.

M.M. – Tirou, conseguiu trocar e tirar aquela cambada que tinha lá. Porque era uma cambada.

M.C. – Cruz credo! O Conselho anterior a esse, àquele ao qual eu tomei posse, onde tinha duas... o anterior, tinha tabela de preço para reconhecer curso, reconhecer isso, reconhecer aquilo. Curso de direito no Piauí, quinhentos mil reais. Um curso de medicina no Rio de Janeiro, oitocentos mil reais. Tinha uma tabela de preço. Sabe? Então... E o que me corrói, e foi por isso que na hora da crise eu saí pelo mundo, é essa gente *ousar* nos chamar de corruptos.

M.M. – Ah é. Concordo com isso. Loucura.

M.C. – É. Isso eu não admito. Eu *não admito* isso. Então... Me tira do sério, realmente.

M.M. – Não. É dramático. Você ver o neto do ACM...

M.C. – É. Eu pego a lança, o escudo e vou.

M.M. – O neto do ACM pontificando sobre a moral do país; o filho do César Maia. É uma tristeza.

M.C. – Não é? É uma gracinha. Ah... não dá. Mandar àquela parte. Tuminha. Tuminha! Tuminha () do Corinthians, e... “a moral nacional”... Ah... não dá! O que é isso? O que é isso? Gente do céu! Enfim.

M.M. – Bom. Acho que a gente...

M.C. – Meninos. Era sobre a fundação, não é, que queriam, fundação do PT. Mas procurem meus cadernos, porque eu acho que lá tem coisas mais substanciais.

M.M. – Não, mas a sua entrevista foi ótima, Marilena. Muito organizada. Eu acho que a gente pode usar os cadernos para fazer algumas notas, para...

A. F. – Eu não sabia, realmente, dessa coisa dos cadernos. Eu acho que tem muito interesse para o Centro. A gente vai dar essa informação para o pessoal. Porque já tem um convênio com o Arquivo, de repente pode fazer uma cópia, microfilm, fazer cópia com câmara digital. Qualquer coisa que possa trazer...

M.C. – E eu posso passar os cadernos do governo Erundina também, se eles quiserem fazer isso.

A. F. –Também seria excelente. Agora, com certeza, do nosso ponto de vista, está mais do que suficiente. A gente depois vai editar. Porque vai ter essas duas versões, a versão enxuta para o livro e a versão para acervo, que aí vai ser mais abrangente. Mesmo assim, todas as duas você vai, depois, lendo o transcrito, ver o que eventualmente corta e tal.

M.C. – ‘Tá. Você acha que está faltando alguma coisa, Mike?

M.M. – Marilena... *(termina a gravação neste ponto)*

[FIM DO DEPOIMENTO]